



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

SARA DE ALMEIDA SELINGARDI

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA
BOA VISTA/SP: ANALISANDO OS INDICADORES
EDUCACIONAIS**

Sara de Almeida Selingardi

Orientadora: Prof^a Dr^a. Katia Regina Moreno Caiado

Coorientadora: Michele Aparecida de Sá

Curso de Graduação: Licenciatura em Educação Especial

São Carlos

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**

SARA DE ALMEIDA SELINGARDI

**A EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA
BOA VISTA/SP: ANALISANDO OS INDICADORES
EDUCACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Universidade Federal de São Carlos, apresentado como requisito necessário para obtenção de aprovação do grau de Licenciado em Educação Especial, junto ao curso de Licenciatura em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Katia Regina Moreno Caiado e coorientação da doutoranda Michele Aparecida de Sá.

São Carlos

2013

Dedicatória: *Dedico este trabalho à todas as pessoas que estiveram ao meu lado, pois este, apesar de todas as imperfeições, é fruto de muito esforço e coragem, e não seria possível se não tivesse um apoio.*

Dedico também, à todos os alunos, com necessidades educacionais especiais, ou não, mas que são alunos, como fui e ainda sou, e que também necessitam de coragem.

*“A vida é assim: esquentar e
esfria, aperta daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é
coragem.”*

Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos passarinhos irmãos Má, Vi e Ân... Má, por ter me ensinado que a força vem de nós mesmos, e que há momentos na vida que não há outra coisa a ser feita se não ser forte... Vi, por ter me ensinado a ser humana, a pessoa mais honesta que conheço, sinto que se tivesse aprendido tudo que tentou me ensinar, seria uma pessoa melhor... Ân, por ter me mostrado que a vida pode ser igual ao que vemos no cinema, que depende de nós fazer uma história bonita ou não...

Agradeço ao passarinho Jerê, que voa comigo de asas dadas, agradeço não só pelas ajudas nas inúmeras tabelas deste trabalho, mas por ter querido estar ao meu lado e tornado a vida possível...

Ao passarinho vô Oscar, por ter tornado esta faculdade possível, tanto psicologicamente quanto financeiramente...

Aos passarinhos mãe Eliane, pai Etevaldo e vó Alda, que já voaram pra bem longe, tão longe que nem consigo mais avistá-los... Agradeço por terem ajudado a formar a pessoa que sou, pelas vivências, sorrisos e até choros que me proporcionaram e que me fizeram crescer.

Às amigas companheiras Sté e Cassi que foram essenciais durante estes quatro anos, agradeço pelo apoio, risadas, choros e várias noites em claro que passamos juntas, amigas não só de faculdade, de trabalhos, de dados, mas sim, amigas da vida, dos amores perdidos ou encontrados, das músicas compartilhadas, dos filmes assistidos, do olhar que carrega mil palavras; sem vocês, certamente a vida universitária não seria possível, muito menos o término deste trabalho. Sei que foram essenciais nestes quatro anos, e sinto que ainda serão durante muitos outros... Por elas agradeço tantas outras pessoas que estiveram presentes na empreitada deste caminho...

À professora Katia, que desde a primeira aula me mostrou que o mundo, e seus desafios, é muito maior do que pensamos e cabe à nós questiona-lo ou não, sabê-lo ou não... Agradeço pelos inúmeros ensinamentos, pelas aulas que sempre faziam meus olhos se encherem d'água, e me faziam lembrar o motivo pelo qual escolhi essa profissão... Agradeço também, pelos abraços sempre carinhoso e cheios de ternura, e pela postura de professora amiga, porém exigente, que me fez amadurecer ao longo de todo esse caminho...

À Mi, agradeço por ter disponibilizado seu tempo e sabedoria para me ajudar na construção deste texto, por ela represento e dedico meus agradecimentos à todas pessoas do grupo de pesquisa, pelo carinho e sabedoria socializados...

Às professoras Juliane e Márcia pelos ensinamentos durante as disciplinas, pelas palavras amigas, por estarem sempre dispostas a nos entender e acarinhar, e por aceitarem fazer parte da etapa final deste trabalho...

Enfim, meu muito obrigada.

“(...) Nossa história não estará pelo avesso assim, sem final feliz, teremos coisas bonitas pra contar, e até lá vamos viver, temos muito ainda por fazer, o mundo começa agora, apenas começamos...” Legião Urbana.

RESUMO

Trabalho realizado como parte integrante de uma pesquisa de âmbito interinstitucional intitulada “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”. Buscou-se neste trabalho identificar e descrever como está organizada a educação especial, referente à matrículas, em um município brasileiro que apresenta o IDH elevado: São João da Boa Vista/SP. Teve como base os microdados pertencentes à base de dados do censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) disponibilizados no site do INEP, referentes aos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012, em que buscou-se analisar e refletir sobre as matrículas dos alunos com as seguintes deficiências: visual, auditiva, física e intelectual. Para a concretização do trabalho com este banco de dados foi necessário o uso do software IBM SPSS *Statistics*, versão 17.0. Na metodologia buscou-se trabalhar com a unidade das perspectivas qualitativas e quantitativas, na inseparabilidade destas. Como principal resultado, destaca-se resistência, no município estudado, das matrículas dos alunos com as deficiências destacadas na modalidade de educação especial.

Palavras chaves: Censo escolar, educação especial, indicadores educacionais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	13
CAPÍTULO I – DISCUSSÃO DAS MATRÍCULAS NO BRASIL, SUDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO	18
1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	18
1.2 BRASIL, REGIÃO DUDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO.....	22
CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: BALANÇO DAS DISSERTAÇÕES E TESES (2000-2012)	43
CAPÍTULO III – MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS DA PESQUISA	53
3.1 CAMINHOS PERCORRIDOS NA COLETA DOS DADOS	56
3.2 INDICADORES SOCIAIS: CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES	59
3.3 CONFIABILIDADE DOS INDICADORES SOCIAIS: ALGUNS QUESTIONAMENTOS	61
CAPÍTULO IV – PANORAMA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA.....	63
4.1 MATRÍCULAS DE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA.....	67
4.2 LEIS DO MUNICÍPIO	81
4.3 PREENCHIMENTO DO CENSO ESCOLAR.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	85
ANEXO I.....	89
ANEXO II.....	90

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Total da população com deficiência no Brasil, na região Sudeste e Estado de São Paulo, em 2010	23
TABELA 2: Total da população em idade escolar por tipo de deficiência no Brasil, na região Sudeste e estado de São Paulo (2010)	25
TABELA 3: Números de matrículas da Educação Básica no Brasil, na região Sudeste e no Estado de São Paulo (2007-2012)	26
TABELA 4: Matrículas de alunos da educação básica com necessidades educacionais especiais e por tipo de deficiência (DV, DA, DF, DM)* no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo (2007-2012)	27
TABELA 5: Números de matrículas da Educação Básica por modalidade de ensino no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo	29
TABELA 6: Número de matrículas de alunos da educação básica com deficiência (soma de DV, DA, DF e DM) por modalidade de ensino no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo	30
TABELA 7: Números de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo	31
TABELA 8: Números de matrículas de alunos com deficiência (soma de DV, DA, DF e DM) por dependência administrativa no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo .	34
TABELA 9: Números de matrículas de Educação Básica segundo a situação de domicílio e localização escolar no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo.....	35
TABELA 10: Números de matrículas de alunos com deficiência (soma de DV, DA, DF e DM) segundo a situação de domicílio e localização escolar no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo	38
TABELA 11: Números de matrículas de alunos da educação básica que utilizam transporte escolar no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo.....	40
TABELA 12: Números de matrículas de alunos que utilizam transporte escolar / que utilizam e moram no campo / que moram no campo por soma das deficiências no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo.....	40
TABELA 13: Pesquisas encontradas por ano e nível de titulação	45
TABELA 14: Instituições e programas onde os trabalhos foram defendidos	47

TABELA 15: Temas principais das pesquisas encontradas	48
TABELA 16: Procedimentos de coleta de dados	49
TABELA 17: Rede de ensino como campo de pesquisa.....	49
TABELA 18: Estados em que as pesquisas foram feitas	50
TABELA 19: População pobre e extremamente pobre	63
TABELA 20: Taxa de analfabetismo por grupos etários	64
TABELA 21: Taxa de escolaridade da educação básica por grupos etários	64
TABELA 22: Taxa de escolaridade do ensino superior por grupo etário	65
TABELA 23: Taxa de frequência à educação básica e ensino superior da população ..	65
TABELA 24: Total da população com deficiência no ano de 2010.....	66
TABELA 25: Total da população residente em idade escolar por tipo de deficiência no município de São João da Boa Vista em 2010	67
TABELA 26: Número de matrículas de alunos da Educação Básica por total de deficiências (soma das deficiências visual, auditiva, física e mental).....	68
TABELA 27: Número de matrículas de alunos da Educação Básica em São João da Boa Vista por deficiências (visual, auditiva, física e mental).....	68
TABELA 28: Número de matrículas de alunos com deficiência (soma de deficiência visual, auditiva, física e mental) por etapa de ensino	70
TABELA 29: Número de matrículas de alunos em São João da Boa Vista por modalidade de ensino	72
TABELA 30: Número de matrículas de alunos com deficiências em São João da Boa Vista por modalidade de ensino (soma das deficiências visual, auditiva, física, e mental)	73
TABELA 31: Número de escolas em São João da Boa Vista	75
TABELA 32: Número de matrículas de alunos da Educação Básica, em São João da Boa Vista por dependência administrativa e por total de deficiências (soma das deficiências visual, auditiva, física e mental)	76
TABELA 33: Número de matrículas de alunos da Educação Básica que moram no campo por total de deficiências (soma das deficiências visual, auditiva, física e mental)	77
TABELA 34: Número de matrículas de alunos da Educação Básica que moram no campo em São João da Boa Vista por deficiências (visual, auditiva, física e mental)...	78

TABELA 35: Total de alunos matriculados na Educação Básica que utilizam o transporte escolar / que moram no campo / que moram no campo por deficiências (visual, auditiva, física e mental) em São João da Boa Vista.....	79
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBD/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

UEL- Universidade Estadual de Londrina

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UFMS- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFSCar- Universidade Federal de São Carlos

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

IDH- Índices de Desenvolvimento Humano

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento BDTD- Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

PUC- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UFRGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP- Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

MEC- Ministério da Educação

SPSS- Statistical Package for the Social Sciences

DV- Deficiência Visual

DA- Deficiência Mental

DF- Deficiência Física

DI- Deficiência Intelectual

DM- Deficiência Mental

SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática

GDAE- Gestão Dinâmica de Administração Escolar.

INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O presente projeto surgiu como parte integrante de uma pesquisa de âmbito interinstitucional intitulada “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros”, (Edital: Nº 38/2010/CAPES/INEP), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Silvia Ferreira Meletti. Tal pesquisa envolve cinco universidades, em que cada uma compõe um núcleo: UEL, UNICAMP, UFSCar, UFSC, UFMS; em que cada núcleo conta com um, ou mais, professor pesquisador responsável. Sendo eles: UEL: Prof.^a Dr.^a Silvia Ferreira Meletti; UNICAMP: Prof.^a Dr.^a Adriana Lia Friszman de Laplane; UFMS: Prof.^a Dr.^a Edelir Salomão Garcia e Mônica de carvalho Magalhães Kassar; UFSC: Maria Helena Michels e Rosalba Maria Cardoso Garcia; e UFSCar: Katia Regina Moreno Caiado.

Além dos professores pesquisadores, há uma equipe formada por estudantes bolsistas de graduação, mestrado e doutorado que foram selecionados no processo seletivo dos respectivos programas dos núcleos, e que desenvolvem a atividade de pesquisa vinculada ao projeto.

A pesquisa tem como objetivo estudar qual a situação do atendimento educacional para o aluno com deficiência em municípios brasileiros em termos de acesso/permanência e da natureza dos serviços educacionais organizados e destinados a esta população.

Em 2003 teve início um Programa do Governo Federal denominado “Educação Inclusiva: Direito à Diversidade” (BRASIL, 2004), promovido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Esse Programa vem sendo implantado na totalidade dos municípios brasileiros com o objetivo de disseminar a política de educação inclusiva, inicialmente implantado em municípios polos que atuam como multiplicadores para os demais municípios de suas abrangências áreas que “prevê a difusão de conhecimentos e da política de educação inclusiva, por meio de um processo de multiplicação, que a partir dos municípios-pólo, se estenderá para outros municípios” (GRIBOSKI, 2004, p. 10). Segundo o documento orientador, disponibilizado online, o programa tem como objetivo:

(...) a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades

educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares. (BRASIL, 2005)

Portanto, tendo como base o programa referido foram selecionados cinco municípios-polo: Campinas, Corumbá, Florianópolis, Maringá e São Carlos e três de seus municípios de abrangência, estes selecionados de acordo com os Índices de Desenvolvimento Humano sendo, um com o maior índice, um com índice mediano e um com baixo índice.

O núcleo destacado aqui será o da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – cujo presente Trabalho de Conclusão de Curso vincula-se ao projeto. No começo de 2011 houve um processo seletivo feito pela professora Katia Regina Moreno Caiado, em que fui selecionada com mais três alunas, e posteriormente com mais uma aluna, para fazer parte da equipe do núcleo de São Carlos, recebendo uma bolsa de iniciação científica com duração de um ano e que foi prorrogada por mais 24 meses – e co-orientado por uma aluna de doutorado do programa de Pós-Graduação em Educação Especial da mesma universidade e que também é bolsita da pesquisa.

Cabe ressaltar que a participação nesta pesquisa interinstitucional e com uma equipe diversificada e numerosa, tanto do núcleo destacado quanto as equipes formadas por cada núcleo, rendeu à aluna de graduação vivências que se tornaram experiências inimagináveis um ano antes, em 2010, quando entrou na graduação. O processo seletivo ocorreu em 2011, e nos três anos seguintes de graduação o amadurecimento foi imensurável, muito por conta do engajamento na pesquisa, uma responsabilidade assumida e que deveria ser arcada.

Além das responsabilidades, como o banco de dados que deveria ser elaborado pelo núcleo, processo esse exaustivo e demorado, oficinas sobre os microdados dadas pelas alunas da pós-graduação e monitoradas pelas alunas de graduação, a pesquisa individual vinculada ao projeto, congressos em que artigos deveriam ser apresentados, encontros e reuniões com o grupo todo pertencente a pesquisa, entre outras atividades; as responsabilidades vinham acompanhadas de vivências e crescimento tanto acadêmico quanto pessoal.

Destaca-se aqui a oportunidade de estar em contato com as equipes dos outros núcleos, a oportunidade de conhecer pessoas de faculdades diferentes, cursos diferentes e que estavam com o mesmo objetivo de pesquisas, porém com focos diversos. A oportunidade foi de conhecer não só estudantes de graduação, mestrado e doutorado, mas também professores pesquisadores que se tornaram referências ou já eram

referências de trabalhos acadêmicos, sendo seus textos lidos para as disciplinas ao longo de todo o curso de graduação, poder conversar, tirar dúvidas, aprender com essas pessoas sem dúvida acarretou crescimento acadêmico e também crescimento pessoal, uma vez que trata-se aqui de pessoas extremamente humanas e capazes de dividir os seus saberes e socializar o conhecimento adquirido proporcionando discussões engrandecedoras.

O estudo aqui apresentado faz parte de um recorte da pesquisa mais ampla e foi intitulado “A educação especial no município de São João da Boa Vista/SP: analisando os indicadores educacionais”. Este estudo destaca-se em importância uma vez que o município em foco é o de maior Índice de Desenvolvimento Humano da abrangência do município polo de São Carlos.

Acredita-se na importância desta pesquisa pela necessidade de atentar-se a amplitude do programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, ao incremento acentuado dos índices de matrícula de alunos com deficiência no ensino comum brasileiro (MELETTI; BUENO, 2010) e a inexistência de análise sobre os resultados quantitativos, partindo do pressuposto que dados estatísticos dão subsídios para a elaboração de políticas públicas educacionais:

Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). (BRASIL, INEP¹)

Diante deste contexto o presente projeto de pesquisa teve por objetivo estudar os indicadores educacionais referentes às matrículas dos alunos com deficiência no município de São João da Boa Vista com a intenção de caracterizar, refletir e entender como se construiu a educação especial neste município.

Sobre o método, procura-se superar a dicotomia entre quantidade e qualidade nas pesquisas. Uma vez que Gatti (2008, p. 68) nos alerta que “Sem modelos matemáticos e quantificação há fenômenos que são absolutamente inescrutáveis”, sendo assim, procura-se compreender o que seria uma pesquisa, além de qualitativa, também quantitativa na área da educação, fazendo assim, com que quantidade e qualidade andem juntas. Para o entendimento deste conceito, serão utilizados a leitura e reflexão

¹ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em 16/07/2013.

dos textos dos autores Bernardete A. Gatti (2004, 2008), Alceu Ravello Ferraro (2001, 2012) e Fúlvia Rosemberg (1999, 2001).

Partindo do ponto que para chegar a um determinado número foi preciso a existência de uma pergunta, e é exatamente isso que se pretende com este estudo, fazer perguntas relevantes, analisar as respostas que foram dadas em formas de números, questionando e refletindo sobre, para assim, obter interpretações qualitativas significantes.

Ainda segundo Gatti (2004, p. 13):

Há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos. Por exemplo, como compreender a questão do analfabetismo no Brasil, e discutir políticas em relação a esse problema, sem ter dados sobre seu volume e a sua distribuição segundo algumas variáveis, como gênero, idade, condição socioeconômica, região geográfica, cidade-meio rural, etc. [...] No emprego dos métodos quantitativos precisamos considerar dois aspectos, como ponto de partida: primeiro, que os números, frequências, medidas, têm algumas propriedades que delimitam as operações que se podem fazer com eles, e que deixam claro seu alcance; segundo, que as boas análises dependem de boas perguntas que o pesquisador venha a fazer, ou seja, da qualidade teórica e da perspectiva epistêmica na abordagem do problema, as quais guiam as análises e as interpretações.

Nesta citação podemos entender melhor quando a autora estabelece o uso contínuo e mútuo das abordagens metodológicas qualitativas e quantitativas; discorre sobre problemas educacionais que para compreensão é preciso que sejam qualificados através de dados quantitativos. Como exemplo podemos trazer alguns estudos do autor Alceu Ferraro (2004, 2008, 2012), destaca-se por estudos realizados com dados censitários discorrendo sobre problemas do analfabetismo utilizando as estatísticas educacionais, eis um exemplo de um problema educacional que não poderia ser estudado, refletido e compreendido sem antes se estabelecer dados quantitativos.

Procurando a resposta por meio dos dados estatísticos oficiais e de documentos que regem a política do município, a pergunta que se faz é: como está organizada a educação especial no município de São João da Boa Vista?

Está pesquisa teve por objetivo geral identificar e descrever como se organiza a educação especial no município de São João da Boa Vista.

Os objetivos específicos resultaram em: Analisar documentos, disponibilizados pela prefeitura, referentes à educação especial e outros que possam ajudar no percurso a caminho do entendimento sobre a educação especial; analisar as alterações quantitativas referentes ao acesso de alunos com deficiência por meio dos dados do censo escolar disponibilizados pelo INEP.

O trabalho será dividido em 4 capítulos, o primeiro apresenta a discussão sobre as matrículas no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo, discutindo as matrículas de alunos com e sem deficiência em âmbito nacional; o segundo traz o levantamento biográfico feito no banco da CAPES sobre a temática: organização da educação especial em um município; já o terceiro aborda a metodologia usada, os caminhos percorridos e também traz uma reflexão sobre os indicadores educacionais, e o quarto trata-se das matrículas dos alunos com e sem deficiência encontradas no município foco deste estudo. Por fim é apresentada algumas considerações finais e indicações de possibilidades de futuros estudos.

CAPÍTULO I – DISCUSSÃO DAS MATRÍCULAS NO BRASIL, SUDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO

Este capítulo trará a discussão sobre as matrículas dos alunos com deficiência – Utilizaremos para realização deste trabalho as principais deficiências: deficiência visual que contempla também os alunos cegos e com baixa visão, deficiência auditiva que também contempla os alunos surdos, deficiência física e deficiência intelectual a qual é referida pelos microdados como deficiência *mental* –, para tanto julgou-se necessário, para iniciarmos esta discussão, que a educação especial fosse contextualizada, sendo esta exposta no tópico seguinte.

1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação é marcada historicamente pela exclusão dentro da escola, sendo está apenas para grupos restritos de pessoas:

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar (BRASIL, 2008).

O público da educação especial – alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades – no decorrer da história fez parte do grupo que esteve à margem da educação em condição de segregação. Tais alunos se encontravam em instituições especializadas privadas do contexto escolar comum e carregadas de estigmas e preconceitos, referidos como os “anormais”:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico

terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 2008).

A marca histórica da educação especial em uma vertente na área da saúde parece estar tão impregnada na formação do educador especial, que a questão pedagógica muitas vezes é deixada de lado, já que muitas vezes é atribuído ao aluno as causas do insucesso escolar, e não à um modelo escolar que não considera as individualidades, unificando, por exemplo, o currículo escolar.

O modelo médico-pedagógico recebe críticas que não são facilmente aceitas pela área, uma vez que o mesmo compõe o pensamento hegemônico, não somente da Educação Especial, mas da educação de maneira geral, que tem a base biológica como explicação para o insucesso escolar. Agrega-se a esta perspectiva de base biológica a sustentação psicológica de que o fracasso escolar discorre de questões individuais, e não sociais. (MICHELS 2011, p. 227)

Em 1961 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61 o atendimento educacional às pessoas com necessidades educacionais especiais passa a ser preferencialmente no sistema regular de ensino (BRASIL, 2008). Começa a se pensar então, em uma nova forma de educação para o grupo que tradicionalmente foi segregado do ensino geral. Uma série de documentos foram redigidos pensando nesta nova forma de educação.

A Declaração de Salamanca é um marco na história da educação especial, considerada referência básica para discussões que envolvam a área. Reafirma o compromisso de Educação para Todos, “reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino [...]” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994). A Declaração proclama, entres outras coisas que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; [...].

A educação especial, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 (LDB/1996), vigente atualmente, é uma modalidade de educação escolar, que deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais, sendo esta uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis de ensino. Assegura o apoio especializado na escola regular, para atender os alunos da educação especial tendo início desde a educação infantil; também assegura que os sistemas de ensino oferecerão aos educandos com necessidades educacionais especiais

currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...] (BRASIL, 1996)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) fundamenta-se em um paradigma que concebe os direitos humanos conjugando os valores de igualdade e diferença como indissociáveis. O objetivo deste documento é:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008)

Segundo este documento, a educação especial também realiza o atendimento educacional especializado (AEE). Atribui ao AEE a função de “[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a

plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” (BRASIL 2008).

Referente às atividades desenvolvidas na AEE, o documento traz:

[...] diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2008).

Sendo assim, é possível compreender como papel do professor do AEE o que se refere a meios para que o currículo regular seja alcançado por todos os alunos, independente de sua deficiência, pois como o decreto 7.611/11 assegura “ninguém será segregado do sistema educacional sob alegação de deficiência.” assegurando também, que medidas de apoio individualizados deverão ser implementadas para maximizar o desenvolvimento tanto acadêmico, quanto social do alunado.

O AEE deve ser oferecido no contra turno ao ensino regular a que o aluno está matriculado, não sendo assim, substitutivo à escolarização podendo ser na mesma escola em que está matriculado no ensino regular, ou em outra, até mesmo em instituições especializadas comunitárias, confessionais ou filantrópicas (BRASIL, 2008).

Isso tudo é fundamentado a partir do momento que consideramos que a *deficiência* se encontra na sociedade, e não no indivíduo, uma vez que a sociedade não está pronta para receber e dar oportunidades iguais para todos os cidadãos, ou partindo do ponto que, uma vez assumida a exclusão de determinada camada desfavorecida surge a necessidade de alguma forma incluí-las.

Os alunos e professores são tidos como sujeitos, constituintes do processo, e não vítimas de decisão do “sistema”. Consolidando o tratamento diferente para as desigualdades produzidas pela própria sociedade capitalista [...] (MICHELS, 2011, p. 222)

Esta breve contextualização do ensino no país esta fundamentada em documentos oficiais que contemplam a política brasileira, a educação está baseada nestes documentos que expressam e asseguram cada vez mais o interesse pelos alunos historicamente à margem da educação. Os documentos revelam preocupações, pensamentos, reflexões e pesquisas de pessoas envolvidas na área, mas não revelam dados palpáveis de como as escolas estão se comportando e recebendo estes alunos. Estes dados podem ser estudados por meio do banco de dados coletado pelo censo escolar:

Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e

privadas do país [...] Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional da educação básica e servem de referência para a formulação de políticas públicas e execução de programas na área da educação, incluindo os de transferência de recursos públicos como merenda e transporte escolar, distribuição de livros e uniformes, implantação de bibliotecas, instalação de energia elétrica, Dinheiro Direto na Escola e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (BRASIL, INEP², 2013).

Portanto, é de suma importância estudos que possam revelar a situação do acesso de alunos com deficiência em nosso país, sendo isto possível por meio de dados oficiais federativos.

1.2 BRASIL, REGIÃO DUDESTE E ESTADO DE SÃO PAULO

Para aprofundamento desta discussão traremos os dados disponibilizados pelo SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática – que objetiva “facilitar aos administradores públicos e à sociedade em geral, através da Internet, a obtenção gratuita dos dados agregados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE” (BRASIL, 2013), com este sistema é possível consultar dados por níveis territoriais desagregados e acompanhar as mudanças ao longo do tempo, o que facilita o estudo de um determinado local que se pretende investigar. Estes dados estão disponíveis *online* permitindo a consulta por qualquer pessoa interessada. Os dados retirados deste sistema serão encontrados nas tabelas 7 e 8, e trazem informações da população brasileira coletadas no censo de 2010.

Com o uso deste sistema, poderemos saber o número de pessoas com deficiências. Para este estudo optamos por estabelecer padrões para que fosse possível encontrar dados mais precisos, para tanto será usado as categorias³ “não consegue de modo algum” e “com grande dificuldade”, portanto a categoria “consegue com alguma dificuldade” não será contabilizada na soma das tabelas já referidas.

² Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 20/09/2013

³ Neste sistema a população residente com deficiência pode ser dividida em três categorias: “não consegue de modo algum”, “com grande dificuldade”, e “com alguma dificuldade”.

O restante das tabelas encontradas neste tópico foram elaboradas com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica cujas escolas brasileiras são a fonte deste banco; nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Em todas as tabelas optamos por ter três grandes blocos: dados do Brasil, da região Sudeste e do estado de São Paulo, por ser o município foco desta pesquisa pertencente ao estado e região destacada, sendo assim, possível maior comparação e contextualização do foco do presente estudo.

Na tabela 1, estão apresentados os dados da população com deficiência no ano de 2010.

TABELA 1: Total da população com deficiência no Brasil, na região Sudeste e Estado de São Paulo, em 2010

Deficiências	Brasil	Sudeste	% *	São Paulo	% **
Visual	6 562 910	2 496 880	38,04	1 203 353	48,19
Auditiva	2 143 173	867 782	40,49	436 054	50,24
Motora	4 433 350	1 828 930	41,25	866 279	47,36
Intelectual	2 611 536	1 053 910	40,35	502 931	47,72
Total	15 750 969	6 247 502	-	3 008 617	-

*Porcentagem calculada em comparação ao número de cada deficiência no Brasil.

** Porcentagem calculada em comparação ao número de cada deficiência na região Sudeste

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/SIDRA, Censo demográfico de 2010.

Em 2010, segundo o censo, a população geral do Brasil era de 190.755.799 pessoas. A população com deficiência no Brasil representa 8,2% da população total, na região Sudeste 3,2% e no estado de São Paulo 1,5 da população total.

Refletindo sobre a tabela acima, podemos perceber que a deficiência mais ocorrente no país e também na região Sudeste e estado de São Paulo é a visual, representando aproximadamente, respectivamente 3,4%, 1,3% e 0,63% da população total do Brasil. A deficiência motora é a segunda com mais ocorrência representando, respectivamente 2,3%, 0,95% e 0,45% da população. Já a deficiência intelectual é a terceira com mais incidência representando, respectivamente 1,36%, 0,55% e 0,26% da população. A deficiência auditiva é a última com mais incidência, representa respectivamente 1,1%, 0,45% e 0,22% da população.

Esta realidade apresentada, em que a deficiência visual é a com mais incidência não confere com a realidade encontrada quando se trata apenas da população com idade escolar do país, sendo a deficiência intelectual com mais incidência. Poderemos

verificar este dado na tabela que apresentaremos mais a frente. Bueno e Meletti (2011), no estudo intitulado “O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil”, já atentavam-se a este fato, sugerindo que a causa pode estar na metodologia de como os dados são coletados:

Os números apresentados revelam, uma vez mais, a limitação metodológica, como a grande possibilidade, por exemplo, de pessoas com problemas visuais que não se enquadram na condição de deficiência visual terem se declarado como tais. O mesmo ocorre com os outros tipos de deficiência (BUENO E MELETTI, 2011, p. 374)

Embora a tabela trata-se apenas dos que se declaram nas categorias “não consegue de modo algum” e “com grande dificuldade”, não podemos descartar a possibilidade de erros, ou então de falta de entendimento por parte dos participantes.

Ainda estudando a tabela de população com deficiência, podemos perceber que em sua maioria, mais de 40% das pessoas com deficiências no Brasil, encontram-se na região Sudeste, isso é quase 50% da população com deficiência em apenas uma região. Percebemos ainda que na região Sudeste quase 50% das pessoas com deficiência se encontram no estado de São Paulo, isso em todas as deficiências. Fato este que pode ser explicado por ser a região Sudeste a mais populosa de nosso país, embora não seja a maior região no que se trata à dimensão territorial, esta é conferida à região Norte.

A tabela 2 é referente à população com deficiência do Brasil em idade escolar no ano de 2010, entende-se por idade escolar os alunos que tiverem de 4 a 17 anos, cuja as redes municipais e estaduais devem garantir o acesso a escola, ofertando gratuitamente a educação básica, assegurado pela Lei nº 12.796/2013, englobando também os alunos da educação especial, que de acordo com a mesma lei, entende-se por educação especial a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, IBGE, 2013).

Veremos que a tabela está dividida em grupos etários, tal recorte destes grupos apresentados justifica-se pelo fato de ser a única possibilidade que a própria fonte – Banco de dados do SIDRA – dispõe, por isso, os números de 0 a 3 anos de idade também aparecem, e não apenas a partir dos 4 anos como é previsto na lei.

TABELA 2: Total da população em idade escolar por tipo de deficiência no Brasil, na região Sudeste e estado de São Paulo (2010)

BRASIL	Total da população	DV	DA	DF	DM	Soma das def.
0 a 4 anos	13 806 733	45 642	24 589	80 577	64 977	215 785
5 a 9 anos	14 967 767	119 126	48 470	57 875	137 140	362 611
10 a 14 anos	17 167 135	199 234	68 293	64 575	189 149	521 251
15 a 17 anos	10 353 865	131 970	41 815	39 387	113 474	326 646
Total	56 295 500	495 972	183 167	242 414	504 740	1 426 293
SUDESTE	Total da população	DV	DA	DF	DM	Soma das def.
0 a 4 anos	5 189 021	19 309	10 242	26 448	22 829	78 828
5 a 9 anos	5 647 130	43 930	17 293	21 934	47 716	130 873
10 a 14 anos	6 620 651	70 644	23 008	24 325	67 803	185 780
15 a 17 anos	3 986 473	48 017	14 729	15 144	40 744	118 634
Total	21 443 275	181 900	65 272	87 851	179 092	514 115
SÃO PAULO	Total da população	DV	DA	DF	DM	Soma das def.*
0 a 4 anos	2 678 908	11 013	6 133	13 520	11 834	42 500
5 a 9 anos	2 860 037	23 580	9 448	11 882	22 762	67 672
10 a 14 anos	3 325 558	37 357	11 778	12 031	31 012	92 178
15 a 17 anos	1 989 525	24 771	6 957	7 772	19 356	58 856
Total	10 854 028	96 721	34 316	45 205	84 964	261 206

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/SIDRA, Censo demográfico de 2010.

Os dados presentes na tabela revelam que no Brasil a deficiência com mais incidência é a deficiência intelectual representando 35% do total das pessoas com deficiência em idade escolar, seguida pelas deficiências: visual com 34%, motora com 17% e auditiva com 12%. Já na região Sudeste a deficiência com mais incidência é a visual com 35% seguida pelas deficiências: intelectual 34%, física 17% e auditiva 13%. No estado de São Paulo também é a deficiência visual a mais ocorrente, porém com uma porcentagem um pouco maior, representa 37% da população, seguida também pelas deficiências: intelectual 32%, física 17% e auditiva 13%.

Percebe-se que as porcentagens das deficiências permanecem parecidas nos três grandes grupos que estudamos, sendo as deficiências visual e intelectual quase iguais, exceto no estado de São Paulo com uma diferença um pouco maior de 5%.

A tabela também nos mostra que o total da população com deficiência no estado de São Paulo representa 51% da população com deficiência da região Sudeste, isso é,

metade da população com deficiência na região estudada encontra-se no estado de São Paulo, e 36% da população com deficiência do país encontra-se na região Sudeste.

A próxima tabela diz respeito às matrículas dos alunos da educação básica no país, para elaboração desta tabela teve-se como base os microdados do Censo Escolar.

TABELA 3: Números de matrículas da Educação Básica no Brasil, na região Sudeste e no Estado de São Paulo (2007-2012)

Ano	Brasil	Sudeste	%	São Paulo	%
2007	53 239 385	20 652 814	38,79	10 651 119	51,57
2008	53 232 868	20 900 689	39,26	10 765 487	51,50
2009	52 580 452	20 617 965	39,21	10 637 167	51,59
2010	51 549 889	20 334 290	39,44	10 509 006	51,68
2011	50 972 619	20 120 683	39,47	10 418 874	51,78
2012	50 545 050	19 958 462	39,48	10 390 553	52,06

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012)

Pretende-se com a apresentação desta tabela o conhecimento da quantidade de alunos matriculados na educação básica – soma das modalidades: ensino regular, educação especial (classes especiais e instituições especializadas), e EJA – possuindo alguma deficiência ou não, do ano de 2007 ao ano de 2012. Podemos perceber que as matrículas nos três blocos estudados permanecem muito parecidas ao decorrer dos anos, e que as matrículas da região Sudeste representa quase 40% das matrículas no Brasil e o estado de São Paulo representa em torno de 51% das matrículas da região Sudeste em todos os anos.

Na próxima tabela destaca-se o conhecimento sobre a quantidade de matrículas de alunos por deficiência estudada – que em todas as tabelas compreende-se por, deficiência visual: soma das matrículas de alunos cegos e com baixa visão; deficiência auditiva: soma das matrículas de alunos surdos e com deficiência auditiva; deficiência física; e deficiência intelectual: nos anos de 2007 e 2008 a soma de alunos com deficiência intelectual e Síndrome de Down.

Como nos microdados os dados da educação especial refere-se não apenas às deficiências, mas também às matrículas de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e superdotação, será possível trazer também a soma das matrículas de todas as necessidades educacionais especiais inclusive com as quatro deficiências estudadas.

TABELA 4: Matrículas de alunos da educação básica com necessidades educacionais especiais e por tipo de deficiência (DV, DA, DF, DM)* no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo (2007-2012)

BRASIL	Total de matrículas na Educação Básica	NEE	DV	DA	DF	DM	Soma das def.
2007	53 239 385	663 004	62 570	65 078	44 878	348 554	521 080
2008	53 232 868	695 699	65 426	66 511	50 227	344 289	526 453
2009	52 580 452	639 718	67 998	63 036	57 155	342 148	530 337
2010	51 549 889	702 603	82 525	70 823	99 015	433 548	685 911
2011	50 972 619	752 305	82 935	72 616	107 399	477 664	740 614
2012	50 545 050	820 433	84 573	73 907	117 996	537 299	813 775
SUDESTE	Total de matrículas na Educação Básica	NEE	DV	DA	DF	DM	Soma das def.
2007	20 652 814	293 363	22 075	25 062	21 075	148 903	217 115
2008	20 900 689	321 240	22 506	25 029	23 708	157 673	228 916
2009	20 617 965	310 772	21 714	24 315	27 462	166 991	240 482
2010	20 334 290	309 257	23 680	26 310	48 728	201 361	300 079
2011	20 120 683	311 942	22 758	26 501	51 159	209 545	309 963
2012	19 958 462	331 416	23 241	26 950	55 161	226 033	331 385
SÃO PAULO	Total de matrículas na Educação Básica	NEE	DV	DA	DF	DM	Soma das def.
2007	10 651 119	156 443	13 708	12 600	11 234	81 806	119 348
2008	10 765 487	174 638	13 331	12 732	13 299	90 862	130 224
2009	10 637 167	186 014	13 005	12 734	16 260	98 279	140 278
2010	10 509 006	175 659	12 224	14 305	25 575	112 264	164 368
2011	10 418 874	167 152	11 245	14 145	26 410	111 074	162 874
2012	10 390 553	173 599	11 286	14 144	28 219	116 760	170 409

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

*DV: Deficiência Visual; DA: Deficiência Auditiva; DF: Deficiência Física, DM: Deficiência Mental.

A soma das matrículas de alunos com deficiências nos três blocos estudados mostram um crescimento gradativos durante os anos, representando aproximadamente um pouco mais de 1% do total de matrículas da educação básica, para exemplificar este dado, usaremos como base o ano de 2012, já que é o ano mais recente. As matrículas de alunos com deficiências representam, respectivamente no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo 1,60%, 1,66% e 1,64% do total de matrículas da educação básica de cada grupo estudado. Sendo a deficiência intelectual a com mais incidência em todos os anos e em todos os grupos. Em 2012 a deficiência intelectual representa no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo respectivamente 66%, 68% e 69% da soma das matrículas de alunos com deficiência de cada grupo. Seguida pela deficiência física com respectivamente 14%, 16% e 17%.

Vejamos que há grande diferença nos dois bancos de dados estudados: na tabela 2, em que se tratava de dados coletados a partir da auto declaração das pessoas, a deficiência intelectual em âmbito nacional não sobressai tanto em comparação as outras deficiências, já a tabela 4, em que se trata de matrículas, dados coletados na escola, e não mais referentes à auto declaração, a deficiência intelectual ganha espaço, representando, como pode ser conferido acima, 66% das matrículas de alunos com deficiência. Veltrone (2008) em seu estudo traz que nas escolas, a deficiência intelectual tem um histórico de ser tratada de maneira displicente:

Com relação às crianças e jovens, a condição da deficiência mental foi tratada de maneira bastante peculiar na escola, já que esta, historicamente, tendeu em categorizar como deficiente mental alunos que fugiam dos padrões esperados, principalmente no que diz respeito a padrões de inteligência e desempenho acadêmico. (VELTRONE, 2008, p. 19)

A autora diz ainda em seu estudo, que para explicar, ao longo da história, alguns fatos na escola, foi criada uma nova categoria:

A escolarização das camadas populares, o conflito de culturas, deu espaço para identificação de uma nova categoria de anormalidade na escola: a deficiência mental leve; representada, principalmente, por alunos que não se adaptavam as condições escolares e que nela fracassavam, categoria esta que gerou classificações errôneas e impôs limitações para um grande contingente educacional. (VELTRONE, 2008, p. 20)

Para construção desta citação, Veltrone referencia Magalhães (1997) que diz que crianças que estão devidamente integradas em seus ambientes familiares, passam a ser, dentro da escola, reconhecidas como deficientes intelectuais por conta de um suposto fracasso escolar, sem ser considerado o real motivo deste fracasso. Desta forma justifica-se a maior porcentagem de alunos com deficiência serem considerados deficientes intelectuais.

A tabela a seguir representa o número de matrículas da educação básica no país por modalidade de ensino.

TABELA 5: Números de matrículas da Educação Básica por modalidade de ensino no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Ensino regular	Educação Especial	EJA	Total
2007	47 899 596	354 202	4 985 587	53 239 385
2008	47 967 520	319 924	4 945 424	53 232 868
2009	47 666 433	252 687	4 661 332	52 580 452
2010	47 044 384	218 271	4 287 234	51 549 889
2011	46 732 568	193 882	4 046 169	50 972 619
2012	46 438 517	199 656	3 906 877	50 545 050
SUDESTE	Ensino regular	Educação Especial	EJA	Total
2007	18 729 556	151 991	1 771 267	20 652 814
2008	18 932 990	142 590	1 825 109	20 900 689
2009	18 806 645	127 257	1 684 063	20 617 965
2010	18 746 714	109 699	1 477 877	20 334 290
2011	18 715 915	102 229	1 302 539	20 120 683
2012	18 640 809	98 242	1 219 411	19 958 462
SÃO PAULO	Ensino regular	Educação Especial	EJA	Total
2007	9 653 712	64 749	932 658	10 651 119
2008	9 790 813	63 433	911 241	10 765 487
2009	9 785 128	57 910	794 129	10 637 167
2010	9 849 868	53 109	606 029	10 509 006
2011	9 857 439	49 998	511 437	10 418 874
2012	9 860 234	48 419	481 900	10 390 553

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Percebemos que nas três modalidades de ensino e em todos os anos as matrículas vem diminuindo, tanto no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo. O ensino regular é a modalidade com mais matrículas, tendo como base o ano de 2012 o ensino regular representa, respectivamente 92%, 93% e 94% do total de matrículas de cada grupo. Seguida pela modalidade EJA que representa 7%, 6% e 5% do total de matrículas de cada grupo. Já a educação especial não representa nem 1% do total de matrículas de cada grupo.

A seguir, veremos com a tabela 6, as matrículas de alunos com deficiências por modalidade de ensino.

TABELA 6: Número de matrículas de alunos da educação básica com deficiência (soma de DV, DA, DF e DM) por modalidade de ensino no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Ensino regular	%*	Educação Especial	%*	EJA	%*	Total
2007	207 239	39,77	288 483	55,36	25 358	4,86	521 080
2008	239 064	45,41	258 660	49,13	28 729	5,45	526 453
2009	286 658	54,05	211 903	39,95	31 776	5,99	530 337
2010	405 137	59,06	240 043	34,99	40 731	5,93	685 911
2011	478 523	64,61	214 834	29	47 257	6,38	740 614
2012	540 346	66,39	223 323	27,44	50 106	6,15	813 775
SUDESTE	Ensino regular	%*	Educação Especial	%*	EJA	%*	Total
2007	91 255	42,03	116 330	53,57	9 530	4,38	217 115
2008	108 493	47,39	108 675	47,47	11 748	5,13	228 916
2009	127 350	52,95	100 456	41,77	12 676	5,27	240 482
2010	163 870	54,60	122 172	40,71	14 037	4,67	300 079
2011	180 641	58,27	114 666	36,99	14 656	4,72	309 963
2012	205 543	62,02	110 427	33,32	15 415	4,65	331 385
SÃO PAULO	Ensino regular	%*	Educação Especial	%*	EJA	%*	Total
2007	61 692	51,69	51 218	42,91	6 438	5,39	119 348
2008	72 818	55,91	49 446	37,96	7 960	6,11	130 224
2009	85 312	60,81	46 126	32,88	8 840	6,30	140 278
2010	97 194	59,13	58 801	35,77	8 373	5,09	164 368
2011	99 125	60,85	55 880	34,30	7 869	4,83	162 874
2012	108 409	63,61	54 024	31,70	7 976	4,68	170 409

*Porcentagem calculada em comparação com os dados do total apresentado na mesma tabela, o qual consiste na soma das modalidades de ensino apresentadas.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Esta tabela nos mostra onde estão as matrículas dos alunos com deficiência, podemos perceber que a maioria das matrículas ao decorrer dos anos se encontram na modalidade de ensino regular, seguida pela modalidade de ensino educação especial, porém oscilações ao decorrer dos anos mostram que nem sempre as diferenças das matrículas é grande. Ressaltamos os anos de 2007 e 2008 em âmbito Brasil, em que a educação especial supera o ensino regular; o ano de 2007 na região Sudeste, em que o ensino regular também é superado pela educação especial, e o ano de 2008, também na região Sudeste, em que as duas modalidades estão equiparadas. A modalidade da EJA é

a que apresenta menor porcentagem de matrículas de alunos com deficiência, em todos os anos e em todos os grupos estudados.

A legislação vigente a partir de 2008, confere aos estudantes, com algum tipo de deficiência, o ingresso nas escolas e salas regulares de ensino, pode ser percebida seu impacto nas matrículas uma vez comparado as porcentagens de matrículas de 2007 e 2008 nas modalidades de ensino regular e educação especial, embora tenha tido uma diminuição nas matrículas que contemplam a educação especial e aumento nas que contemplam a modalidade do ensino regular, essa diferença não é tão grande e continua estabilizada ao decorrer nos anos, não mostrando um decréscimo das matrículas da modalidade da educação especial muito significativo. Sendo estas diminuições, na modalidade de educação especial, em porcentagens, aproximadamente, no Brasil de 23%, na região Sudeste 5% e no estado de São Paulo também de 5%.

Na tabela a seguir será apresentado o número de matrículas dos alunos da educação básica por dependência administrativas, sendo ela dividida em três: escolas federais, estaduais, municipais e privadas.

TABELA 7: Números de matrículas da Educação Básica por dependência administrativa no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	185 095	21 991 043	24 668 107	6 395 140	53 239 385
2008	198 343	21 783 405	25 122 341	7 180 055	54 284 144
2009	219 512	21 370 298	25 398 799	7 446 027	54 434 636
2010	237 676	20 880 540	25 293 977	7 719 062	54 131 255
2011	258 898	20 561 163	25 543 041	8 073 243	54 436 345
2012	278 580	20 097 307	25 896 349	8 484 870	54 757 106
SUDESTE	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	75 974	9 292 679	8 180 726	3 103 435	20 652 814
2008	78 197	9 337 161	8 356 541	3 489 292	21 261 191
2009	81 532	9 108 012	8 460 159	3 569 188	21 218 891
2010	86 232	8 783 389	8 475 659	3 696 127	21 041 407
2011	88 342	8 650 859	8 583 870	3 891 099	21 214 170
2012	92 856	8 362 551	8 738 295	4 053 419	21 247 121
SÃO PAULO	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	4 346	5 077 537	3 879 983	1 689 253	10 651 119
2008	5 269	5 054 890	3 979 741	1 813 373	10 853 273
2009	6 095	4 923 416	4 020 894	1 861 600	10 812 005
2010	6 424	4 781 370	4 017 076	1 924 420	10 729 290

2011	6 082	4 696 614	4 081 575	2 013 529	10 797 800
2012	8 038	4 601 365	4 118 904	2 124 519	10 852 826

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012)

As matrículas nas escolas federais, municipais e privadas, no Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo ao decorrer dos anos aumentaram. Sendo este aumento em 2012 com relação ao ano de 2007 no Brasil: 50% nas escolas federais, 5% nas escolas municipais e 33% nas escolas privadas; na região Sudeste este aumento foi: 22% nas escolas federais, 7% nas escolas municipais e 25% nas escolas privadas; e no estado de São Paulo o aumento foi de 85% nas escolas federais, 6% nas escolas municipais e 25% nas escolas privadas. Já nas escolas estaduais houve decréscimos em todos os anos, totalizando um decréscimo de, em 2012 em relação ao ano de 2007, no Brasil de 9%; na região Sudeste de 10% e no estado de São Paulo também de 9%.

Podemos perceber que no Brasil e na região sudeste as escolas municipais são as que apresentam o maior número de matrículas seguidas pelas escolas estaduais, privadas e federais, ao contrário do que acontece no estado de São Paulo, em que as escolas com maior número de matrículas são as estaduais, seguidas pelas municipais, privadas e federais. Será possível conferir estas afirmações através dos dados a seguir, tendo como base o ano de 2012, apresentaremos a porcentagem de cada dependência comparado a soma de todas as dependências. No âmbito Brasil as escolas municipais representam 47%, as escolas estaduais 37%, as escolas privadas 15% e as federais 0,50%; na região Sudeste as escolas municipais representam 41%, as estaduais 39%, as privadas 19% e as federais 0,43%; quando se trata do estado de São Paulo as escolas estaduais aparecem na frente, representam 42%, as municipais 37%, as privadas 20% e as federais 0,07%.

Porém, mesmo as escolas estaduais representando maior número de matrículas e as municipais menor, quando se trata do estado de São Paulo, se analisarmos ao decorrer dos 6 anos estudados, podemos perceber que ao logo deles, está havendo a inversão desta realidade, as matrículas em escolas municipais vem crescendo enquanto as referentes às escolas estaduais vem diminuindo. Este fato pode ser decorrente ao impacto do processo de municipalização. O estudo de Militão (2006) observa este fenômeno e discorre sobre a municipalização do ensino fundamental no estado de São Paulo:

É lugar-comum a referência à histórica preponderância da rede estadual paulista na cobertura pública da etapa obrigatória de escolaridade, formato diverso do instituído na maioria das outras

unidades da Federação onde a participação municipal era igual ou superior a do Estado na oferta do ensino fundamental. (MILITÃO, p. 4)

Discorre, também, sobre o interesse do município apenas nas séries iniciais no ensino fundamental. Nos município havia:

[...] certa insegurança em se responsabilizar, de um dia para o outro, por uma escola que atendesse de 1ª a 8ª séries. No seu entender, tratava-se de algo muito complexo, envolvendo professores especialistas, currículos específicos e uma demanda de alunos e pais muito diferente da que estavam habituados a atender. No entanto, lidar com professores de 1ª a 4ª séries, com perfil semelhante aos da educação infantil, era como dar continuidade ao trabalho da pré-escola que eles vinham fazendo (SÃO PAULO, 2002, p. 6).

Foi apenas com a criação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério –, que a municipalização começou a criar forças no estado de São Paulo, “criado pela Emenda Constitucional nº. 14/96 e regulamentado pela Lei nº. 9.424/96 para um período de dez anos de vigência (1997 a 2006), o FUNDEF veio ao encontro da política de municipalização iniciada pelo governo de São Paulo a partir de 1995” (MILITÃO, p. 7). Pois se iniciou uma corrida, por parte dos prefeitos, para conseguir matrículas visando o não desfalque nos cofres municipais, ocasionando, a partir do ano de 1995, um crescimento acelerado da municipalização do estado de São Paulo. Porém, apesar desse crescimento na segunda metade dos anos 90, o município se encarregou dos anos iniciais do ensino fundamental:

O avanço da municipalização em São Paulo acabou ocasionando a segmentação do ensino fundamental, com as redes municipais participando fortemente da oferta de 1ª a 4ª séries e a rede estadual se encarregando, majoritariamente, das séries finais deste nível de ensino. O modelo paulista de oferecimento de todo o ensino fundamental em um mesmo estabelecimento de ensino foi, então, quebrado ao meio (MILITÃO, p. 10).

Justifica-se, assim, as matrículas no estado de São Paulo nas escolas estaduais e municipais serem tão próximas.

A tabela 8 ainda é referente às dependências administrativas, porém trata-se das matrículas de alunos com deficiência.

TABELA 8: Números de matrículas de alunos com deficiência (soma de DV, DA, DF e DM) por dependência administrativa no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	956	130 330	191 141	198 643	521 070
2008	1 016	146 425	219 395	189 613	556 449
2009	1 468	191 068	290 850	180 323	663 709
2010	1 381	241 422	429 430	227 198	899 431
2011	1 557	274 798	525 151	221 639	1 023 145
2012	1 888	312 618	576 421	232 865	1 123 792
SUDESTE	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	856	55 689	75 978	84 592	217 115
2008	883	64 051	89 322	87 618	241 874
2009	939	83 072	116 399	90 844	291 254
2010	952	93 941	161 930	117 603	374 426
2011	1 030	100 243	186 915	115 756	403 944
2012	1 208	114 838	205 796	112 079	433 921
SÃO PAULO	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2007	3	36 247	46 063	37 035	119 348
2008	7	41 040	53 944	37 989	132 980
2009	12	57 926	67 960	38 811	164 709
2010	11	61 723	82 043	53 390	197 167
2011	14	60 775	89 781	53 253	203 823
2012	31	65 158	96 361	53 420	214 970

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Seguindo a mesma tendência da tabela anterior, as matrículas de alunos com deficiência também aumentam ao decorrer dos anos e as matrículas nas escolas municipais são a maioria até mesmo quando se trata do estado de São Paulo.

O crescimento no ano de 2012 em comparação ao ano de 2007 foi de números altos, vejamos: Brasil, nas escolas federais foi de 97%, nas escolas estaduais de 140%, nas municipais de 202% e nas privadas de 17%; no estado de São Paulo o crescimento foi de 41% nas escolas federais, 106% nas estaduais, 171% nas municipais e 32% nas privadas; e no estado de São Paulo este crescimento foi de 933% nas escola federais, 80% nas escolas estaduais, 109% nas municipais e 44% nas privadas.

Tendo como base o ano de 2012, que maior parte das matriculas de alunos com deficiências podem ser encontradas nas escolas municipais: no Brasil as matrículas em escolas municipais representam 51%, em escolas estaduais 28%, em privadas 20% e nas

federais 0,16%; na região Sudeste as escolas municipais representam 47% das matrículas, as estaduais 26%, as privadas 25% e as federais 0,27%; e no estado de São Paulo, as municipais representam 44% das matrículas, as estaduais 30%, as privadas 24% e as federais 0,01%.

O número elevado de matrículas de alunos com deficiência nas escolas municipais pode ser atribuído ao fato, comentado na tabela anterior, que os anos iniciais do ensino fundamental, em sua grande maioria, ficaram sendo de responsabilidade dos municípios e que, nos anos iniciais há maior predominância de alunos com deficiências, pois, como Bueno e Meletti (2011, p. 378) apontam, os alunos da educação especial muitas vezes não ultrapassam o ensino fundamental: “o afunilamento das matrículas no ensino médio, em relação ao número de matrículas do ensino fundamental, mostra o quanto a grande maioria do alunado da educação especial não consegue ultrapassar a escola fundamental”. Neste trecho os autores discorrem sobre as poucas matrículas no ensino médio do alunado da educação especial, tal movimento pode ser iniciado desde as séries iniciais do ensino fundamental, aos poucos a evasão escolar deste alunado vai ocorrendo, ou então, permanência do aluno com deficiência nas séries iniciais.

A próxima tabela trará a discussão sobre a situação de domicílio dos alunos matriculados no país, aonde os alunos moradores do campo estudam.

TABELA 9: Números de matrículas de Educação Básica segundo a situação de domicílio e localização escolar no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Moram no campo*	Estudam na cidade	%	Estudam no campo	%	Total**
2007	10 392 127	3 975 581	38	6 416 546	62	53 239 385
2008	9 776 928	3 432 620	35	6 344 308	65	54 284 144
2009	9 912 588	3 502 180	35	6 410 408	65	54 434 636
2010	9 281 405	3 636 264	39	5 645 141	61	54 131 255
2011	9 294 702	3 752 113	40	5 542 589	60	54 436 345
2012	9 264 916	3 843 218	41	5 421 698	59	54 757 106
SUDESTE	Moram no campo*	Estudam na cidade	%	Estudam no campo	%	Total**
2007	2 120 671	1 461 722	69	658 949	31	20 652 814
2008	1 585 883	895 255	56	690 628	44	21 261 191
2009	1 611 801	935 372	58	676 429	42	21 218 891
2010	1 572 527	962 473	61	610 054	39	21 041 407
2011	1 572 527	1 005 164	64	605 450	36	21 214 170

2012	1 614 185	1 016 745	63	597 440	37	21 247 121
SÃO PAULO	Moram no campo*	Estudam na cidade	%	Estudam no campo	%	Total**
2007	318 702	246 052	77	72 650	23	10 651 119
2008	394 151	300 219	76	93 932	24	10 853 273
2009	433 954	331 845	76	102 109	24	10 812 005
2010	461 550	355 063	77	106 487	23	10 729 290
2011	478 751	367 967	77	110 784	23	10 797 800
2012	502 399	385 211	77	117 188	23	10 852 826

*Soma das matrículas de alunos que estudam na cidade e no campo.

**Total referente às matrículas de alunos que moram no campo e na cidade.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

A educação do campo destina-se à população: agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caçaras, indígenas e outros. Objetiva o acesso, a permanência e o sucesso escolar com qualidade em todo o nível da Educação Básica. E também garante o respeito às peculiaridades da vida rural das diversas regiões do país (BRASIL, 2008b).

Percebemos na tabela acima que a grande maioria das matrículas em nosso país são de alunos moradores da cidade, sendo que, em 2012 no Brasil as matrículas de alunos que moram no campo representam 17%; na região Sudeste 8%; e no estado de São Paulo 4%.

Refletindo sobre a tabela, percebemos que no Brasil o ano de 2007 apresenta o maior número de matrículas, a partir de 2008 há decréscimo tanto nas matrículas das escolas da cidade quanto nas do campo. Este decréscimo comparando o ano de 2012 com o de 2007 é de 3% nas escolas da cidade e de 15% nas escolas do campo.

Quando se trata da região Sudeste há grande oscilação das matrículas de alunos que estudam na cidade; dos alunos que estudam no campo, embora haja oscilações, apresentam um decréscimo mais gradual. Este decréscimo, em 2012, tendo como base o ano de 2007, é de, respectivamente, 30% e 9%.

Contrariado a tendência mostrada no Brasil e na região Sudeste, o estado de São Paulo mostra aumento nas matrículas nas escolas da cidade e do campo, este aumento é respectivamente de 57% e 61%.

Visualizando a tabela 9 ainda, no que se trata das matrículas dos alunos moradores do campo, percebemos que a maioria delas, no Brasil, os alunos encontram-

se matriculados nas escolas do campo, já na região Sudeste e estado de São Paulo, a realidade é outra, sendo a maioria dos alunos matriculados nas escolas da cidade.

Taffarel, Júnior e Escobar em estudo sobre a educação do campo discorrem sobre o acesso e permanência dos alunos que moram no campo nas escolas, e englobam vários aspectos neste tema:

O acesso e a permanência são também problemas muito significativos. Essa questão engloba vários aspectos, entre eles: distância entre a escola e a casa, ou entre a escola e o local de trabalho; falta de transporte; falta de escolas públicas para atender a toda população; estradas mal pavimentadas ou até sem iluminação elétrica (TAFFAREL, JÚNIOR, ESCOBAR, 2010, p. 55).

Apontam também, que a partir do momento em que o grau de escolaridade cresce, o número de estudantes diminui, e as escolas do campo também, oferecendo, assim, apenas escolas que contemplam os anos iniciais da escolaridade. Este fato remete à distância e ao transporte escolar:

A distância e a falta de transporte é outro problema sério que dificulta o acesso e a permanência. Em várias localidades as escolas se encontram na zona urbana e distantes da zona rural. Os alunos precisam fazer longos percursos para se deslocar (muitas vezes a pé ou de bicicleta), enfrentam estradas mal pavimentadas e várias vezes dependem de transporte precário. (2010, p. 56).

A questão da distância e do transporte é um problema enfrentado até mesmo quando há escolas no campo, em que muitas vezes é necessário uma longa caminhada de casa até a escola em estradas, muitas vezes, com más condições, ainda mais quando se trata de dias de chuva. Estes são alguns dos desafios encontrados pelos alunos que moram no campo para poder exercer seu direito de escolarização.

Na tabela a seguir ainda estaremos tratando das matrículas de alunos segundo a situação de domicílio, porém trata-se das matrículas de alunos com deficiência.

TABELA 10: Números de matrículas de alunos com deficiência (soma de DV, DA, DF e DM) segundo a situação de domicílio e localização escolar no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Moram no campo*	Estudam na cidade	%	Estudam no campo	%	Total**
2007	75 543	47 539	63	28 004	37	521 070
2008	65 650	33 301	51	32 349	49	556 449
2009	80 153	40 350	50	39 803	49	663 709
2010	110 438	53 894	49	56 544	51	899 431
2011	125 901	59 954	48	65 947	52	1 023 145
2012	151 727	81 219	54	70 508	46	1 123 792
SUDESTE	Moram no campo*	Estudam na cidade	%	Estudam no campo	%	Total**
2007	20 563	17 653	86	2 910	14	217 115
2008	17 411	13 590	78	3 821	22	241 874
2009	19 801	15 147	76	4 654	24	291 254
2010	25 638	18 962	74	6 676	26	374 426
2011	28 318	20 637	73	7 681	27	403 944
2012	31 649	23 032	73	8 617	27	433 921
SÃO PAULO	Moram no campo*	Estudam na cidade	%	Estudam no campo	%	Total**
2007	3 933	3 370	86	563	14	119 348
2008	5 605	4 778	85	827	15	132 980
2009	7 374	6 181	84	1 193	16	164 709
2010	8 861	7 446	84	1 415	16	197 167
2011	9 314	7 773	83	1 541	17	203 823
2012	10 588	8 758	83	1 830	17	214 970

*Soma das matrículas de alunos que estudam na cidade e no campo.

** Total referente às matrículas de alunos com deficiência que moram no campo e na cidade.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Ao contrario da tabela anterior, em que há decréscimos nas matrículas ao proceder dos anos, esta tabela nos mostra que há aumento das matrículas dos alunos com deficiências moradores do campo, tanto nas escolas da cidade quanto nas escolas do campo e em âmbito Brasil, região Sudeste e estado de São Paulo. Este aumento em 2012 comparado ao ano de 2007 no Brasil é de 71% nas escolas da cidade e 151% nas do campo; na região Sudeste de 30% nas escolas da cidade e 196% nas do campo; e no estado de São Paulo é de 159% nas escolas da cidade e 225% nas do campo.

Percebemos também que a maioria das matrículas são de alunos moradores da cidade, sendo o campo representado, em 2012, no Brasil por 13%; na região Sudeste 7%; e no estado de São Paulo 5% das matrículas de alunos com deficiência que moram no campo.

A tabela revela também que a maior parte das matrículas de alunos com deficiência se encontram nas escolas da cidade, é possível visualizar as porcentagens na tabela referida.

O estudo de Caiado e Meletti (2011) que discorre sobre a educação especial e a educação no campo, sobre a legislação vigente afirma:

[...] a legislação assegura que: 1. enquanto modalidade de ensino, o atendimento educacional especializado deve estar presente em todas as etapas da educação básica, ensino superior e demais modalidades da educação, seja em escolas urbanas ou rurais; 2. sendo um dos objetivos da educação do campo a universalização do direito à escola, as crianças, jovens e adultos que vivem no campo e têm alguma necessidade educacional especial por deficiência têm direito ao atendimento educacional especializado. (CAIADO; MELETTI, 2011, p. 96)

Portanto, a educação especial, e os direitos dos alunos com deficiências estão presentes e assegurados também no que se trata da educação do campo. Neste estudo também foi evidenciado que a maior parte das matrículas de alunos com deficiência moradores do campo, encontram-se nas escolas da cidade, estando em conformidade com o que a tabela 10 nos apresenta. Sobre isso, as autoras discorrem:

A partir dos últimos levantamentos de censo demográfico, sabe-se que a maioria de pessoas com deficiência no país ainda vive sem acesso à educação, sendo que com as precárias condições de vida no campo esse acesso é ainda menor. Ainda assim, com este texto tentamos mostrar, pelo número de matrículas divulgadas nos dados oficiais, que há crianças e jovens com deficiência que vivem no campo frequentando escolas do campo, mas há também uma quantidade significativa de alunos com deficiência que para estudar necessitam se deslocar do campo para a cidade. (CAIADO; MELETTI, 2011, p. 102)

Neste caso, mostrado na tabela 16, a grande maioria dos alunos com deficiência e que moram no campo ainda estão frequentando as escolas das cidades, o que indica precariedade das escolas do campo.

A próxima tabela trará a discussão sobre a quantidade de alunos matriculados na educação básica que utilizam o transporte escolar.

TABELA 11: Números de matrículas de alunos da educação básica que utilizam transporte escolar no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

Ano	Total de matrículas*	Brasil	Sudeste	São Paulo
2007	53 239 385	7 453 122	2 490 186	753 863
2008	54 284 144	7 825 975	2 744 487	870 465
2009	54 434 636	8 302 684	2 915 620	908 659
2010	54 131 255	8 535 176	3 188 267	934 234
2011	54 436 318	8 699 740	3 297 012	929 475
2012	54 757 106	9 222 630	3 772 882	959 916

*Soma das matrículas de alunos que utilizam e que não utilizam o transporte escolar

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Percebemos que nos três blocos estudados as matrículas de alunos que utilizam o transporte escolar aumentam gradativamente ao decorrer dos anos, com exceção ao Brasil, que embora aumente em 2012 comparado ao ano de 2007, apresenta oscilações entre os anos. Este aumento caracteriza-se por 23% no âmbito Brasil, 51% na região Sudeste e 27% no estado de São Paulo.

A tabela 12 dará continuação à discussão das matrículas de alunos, porém tratará dos alunos com deficiência e que moram no campo.

TABELA 12: Números de matrículas de alunos que utilizam transporte escolar / que utilizam e moram no campo / que moram no campo por soma das deficiências no Brasil, região sudeste e estado de São Paulo

BRASIL	Total de matrículas de alunos que utilizam o transporte escolar*	Moram no campo	Moram no campo com deficiência
2007	7 453 122	4 668 010	42 010
2008	7 825 975	4 974 063	39 435
2009	8 302 684	4 737 729	54 005
2010	8 535 176	4 552 873	75 434
2011	8 699 740	4 125 250	90 392
2012	9 222 630	3 942 735	113 837
SUDESTE	Total de matrículas de alunos que utilizam o transporte escolar*	Moram no campo	Moram no campo com deficiência
2007	2 490 186	944 635	10 289
2008	2 744 487	1 009 243	12 666

2009	2 915 620	1 058 932	15 808
2010	3 188 267	1 000 484	20 473
2011	3 297 012	1 005 588	23 011
2012	3 772 882	1 030 641	24 967

SÃO PAULO	Total de matrículas de alunos que utilizam o transporte escolar*	Moram no campo	Moram no campo com deficiência
2007	753 863	182 107	2 143
2008	870 465	231 909	3 381
2009	908 659	253 493	4 872
2010	934 234	265 101	5 639
2011	929 475	268 255	5 652
2012	959 916	270 646	6 239

*Soma da matrículas de alunos que moram no campo e na cidade e que utilizam o transporte escolar.

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Percebemos que nos três grupos estudados há aumento ao decorrer dos anos, na quantidade de matrículas de alunos que utilizam o transporte, dos que moram no campo e utiliza e dos alunos com deficiência que moram no campo e utilizam o transporte escolar, com exceção aos dados no âmbito Brasil e que moram no campo e utilizam o transporte escolar, que ao decorrer dos anos apresenta muitas oscilações, tendo um decréscimo no ano de 2012 comparado ao ano de 2007. Vejamos estas porcentagens, considerando a ordem das colunas apresentadas na tabela: No Brasil, respectivamente houve aumento de 24%, único decréscimo que foi de 15% e aumento de 170%; na região Sudeste os aumentos foram de 52%, 9% e 142%; e no estado de São Paulo os aumentos foram de 27% 49% e 191%.

Com base no ano de 2012, veremos as porcentagens de alunos que moram no campo e utilizam transporte escolar em comparação ao total de matrículas de alunos que utilizam o transporte escolar moradores do campo e cidade com e sem deficiência, consideraremos também a ordem das colunas apresentadas nas tabelas: no Brasil as matrículas de alunos que utilizam o transporte escolar e moram no campo representa 42%; na região Sudeste representa 27%; e no estado de São Paulo representa 28% das matrículas.

Agora veremos a porcentagem de alunos com deficiência que moram no campo e utilizam o transporte escolar em comparação às matrículas dos alunos que moram no

campo: no Brasil este grupo representa 2,88%; na região Sudeste 2,42% e no estado de São Paulo 2,30%.

Com este capítulo foi possível ter um panorama geral no que se trata da educação básica nacional, da região Sudeste e estado de São Paulo, referente às matrículas, e também foi possível ter uma breve contextualização do acesso dos alunos com deficiências nas escolas brasileiras.

CAPÍTULO II – EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: BALANÇO DAS DISSERTAÇÕES E TESES (2000-2012)

O capítulo traz um levantamento bibliográfico, que revisa a literatura encontrada com o tema que se pretende estudar. Tal levantamento será justificado a seguir.

O levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES foi feito com a temática: organização da educação especial em municípios brasileiros. O tema escolhido para análise de teses e dissertações justifica-se por ser esta a temática principal da presente pesquisa que pretende conhecer e refletir como a educação especial está caracterizada no município de São João da Boa Vista. Este levantamento tem como objetivo conhecer e estudar a produção de conhecimento já existente sobre a área central da pesquisa, para que assim possamos avistar quais são os temas ainda não estudados e que precisam ser superados, segundo Gamboa (1998, p. 377):

Os estudos que se propõem a analisar a produção científica de uma determinada área do conhecimento são denominados de investigações epistemológicas, “investigações sobre investiga-ções” ou “pesquisa de pesquisa”. Eles assumem singular importância na medida em que a Epistemologia, como área de estudo voltada para a reflexão crítica dos processos de gênese, de desenvolvimento, de estruturação e de articulação de ciência, possibilita-nos discernir a história dos conhecimentos científicos que já foram superados, bem como a dos que permanecem atuais, colocando em marcha o processo científico.

Assim, é possível verificar a importância do estudo em questão, constatando sua relevância, pois são as pesquisas que ainda não foram feitas, ou mesmo escassas que possibilitam o crescimento e desenvolvimento da área, ainda referenciando Gamboa (1998, p. 376): “Não podemos perder de vista que a produção de conhecimentos inéditos, oriundo de pesquisas científicas, seja condição necessária e essencial para o desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural de um país”.

Ao se tratar da análise da produção científica no âmbito da educação especial, o autor já referido aponta uma preocupação tardia:

[...] mais precisamente no que se refere aos seus aspectos teórico-filosóficos e epistemológicos, observamos que o interesse dos pesquisadores da área no estudo desta problemática ainda é recente, pois os primeiros trabalhos sob esta perspectiva iniciam-se no final 1990 e início dos anos 2000. (GAMBOA, 2011, p. 380)

Considerando tais argumentos, justifica-se a importância do levantamento que será mostrado a seguir. Para tal processo foi utilizado o banco de dados da Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – “fundação de Ministério da Educação (MEC) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação” (BRASIL, CAPES⁴). A escolha deste portal justifica-se pelo fato de que:

Como os cursos de pós-graduação *stricto-sensu* concretizam espaços privilegiados pelo sistema educacional brasileiro para o desenvolvimento da pesquisa científica, eles são produtores, em potencial de conhecimentos científicos, o que impõem a necessidade de reflexão crítica sobre este mesmo conhecimento (GAMBOA, 2011, p. 395).

O recorte temporal escolhido foi do ano de 2000 a 2012, com o objetivo de reduzir os trabalhos encontrados para análise, possibilitando uma apreciação mais rica e completa e também trazer discussões que estejam mais recentes no contexto escolar.

Para a realização do levantamento das dissertações e teses, utilizou-se os seguintes descritores: organização, educação especial e município, sendo encontrados 321 trabalhos, deste total, após leitura do resumo, foi possível destacar 16 trabalhos que abordam o tema escolhido: estudo da organização da educação especial em um município brasileiro. A tabela a seguir mostra os títulos dos trabalhos, o nome dos autores, ano de publicação e níveis de titulação em qual o trabalho foi defendido.

⁴ Disponível em <http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>. Acesso 20/08/2013.

TABELA 13: Pesquisas encontradas por ano e nível de titulação

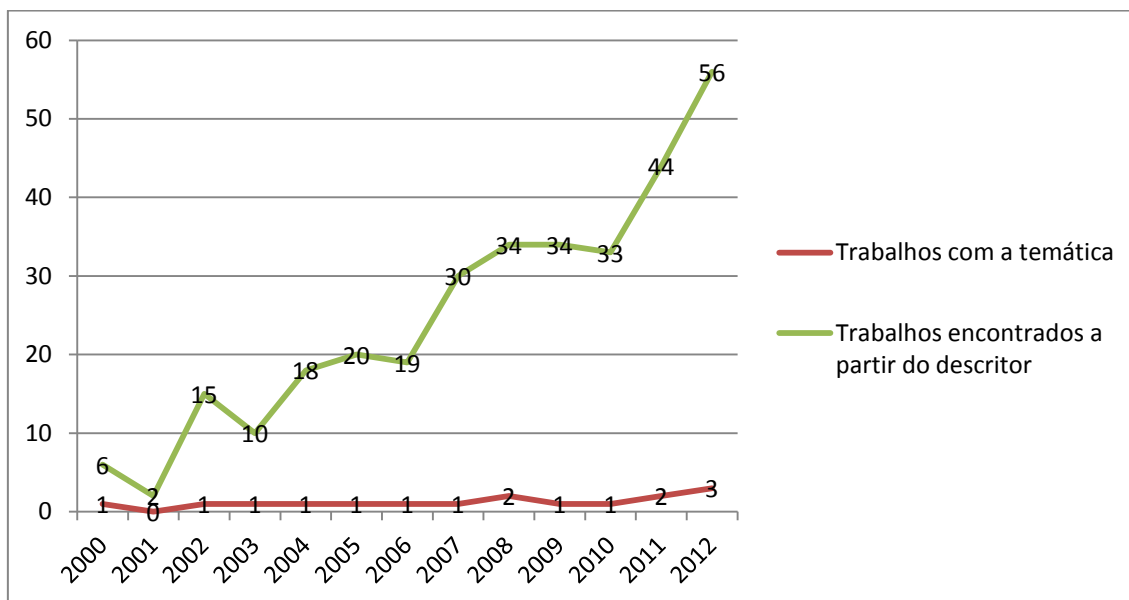
ANO	Título e autores	Nível de titulação
2000	Rosângela Gavioli Prieto. Política Educacional do Município de São Paulo: estudo sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, no período de 1986 a 1996.	Doutorado
2001	Não encontrado	
2002	Lia Raquel Pereira de Souza De Carvalho. Atendimento educacional à pessoa com deficiência no município de Pereira Barreto: estudo de caso sobre a utilização de recursos institucionais.	Mestrado
2003	Tania Mara Zancanaro Pieczkowski. O processo de integração/inclusão de alunos especiais - deficiência mental - em escolas regulares do município de Chapecó.	Mestrado
2004	Sandra Cristina Lúcio. Análise e perspectivas do Ensino Itinerante como um serviço de apoio pedagógico especializado.	Mestrado
2005	Marilene da Silva Cardoso. Educação inclusiva: atendimento à diversidade como práxis educativa na rede municipal de Guaíba.	Doutorado
2006	Maria Helena Bimbatti Moreira. Uma análise do serviço itinerante de apoio pedagógico à inclusão escolar na rede municipal de Araraquara	Mestrado
2007	Marla Vieira Moreira de Oliveira. Educar para a Diversidade: um olhar sobre as políticas públicas para a educação especial desenvolvidas no município de Sobral (1995-2006).	Mestrado
2008	Marcella Simonetti Pasolini. Análise do atendimento da Educação Especial no município de Colatina/ES: Construindo um olhar na perspectiva inclusiva. Lia Raquel Pereira de Souza Carvalho. Escolarização inclusiva de alunos com necessidades especiais: um estudo de caso de um município paulista.	Mestrado Doutorado
2009	Adriana Cunha Padilha. Projeto político-pedagógico e educação especial: ações, contradições e desafios à inclusão educacional na rede municipal de Campinas/SP.	Mestrado
2010	Cléia Demétrio Pereira. A oferta de serviços de educação especial no Município de Braço do Norte – SC.	Mestrado
2011	Melina Chassot Benincasa. Educação especial e educação infantil: Uma análise de	Mestrado

	serviços especializados no município de Porto Alegre.	
	Pamalomid Zwetsch. Políticas de Educação inclusiva: cenas da implementação a partir da voz de gestores municipais de Pelotas/RS.	Mestrado
	Fluvia Ribeiro Bastos. Política de Educação inclusiva em Pelotas: Percepções e interpretações dos responsáveis pelos alunos com deficiência incluídos nas escolas regulares municipais.	
2012	Josiane Beltrame Milanesi. Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista.	Mestrados
	Rosanna Claudia Bendinelli. Redes de apoio e a política de inclusão escolar no município de São Paulo.	

Fonte: Elaboração própria com base no banco de teses e dissertações da Capes, de 2000 a 2012

A figura a baixo representa o número de trabalhos encontrados a partir do levantamento: os números de trabalhos gerais por meio do descritor e o número de trabalhos que abordaram a temática principal da presente pesquisa.

Figura 1: Gráfico que representa a distribuição por ano dos trabalhos encontrados



Com a leitura do gráfico é possível visualizar o crescimento anual de trabalhos apresentados entre os anos de 2000 a 2012. Quanto aos trabalhos com a temática principal, na grande maioria dos anos, apenas um trabalho foi encontrado, somente em

2008 e 2011 foram encontrados dois trabalhos e em 2012 três trabalhos. O que sugere que o tema não tem sido muito explorado, indicando assim, a necessidade de estudos que contemplem o tema.

Na tabela 13 vemos que a grande maioria dos trabalhos se encontra no nível de mestrado, sendo apenas, de 16 trabalhos, três de doutorado; um deles é da mesma autora de um dos trabalhos de mestrado, o que indica que deu continuidade ao tema iniciado no mestrado.

Quanto às produções no que se refere às instituições de Ensino Superior (IES), as instituições que aparecem poderão ser conferidas na tabela a baixo, sendo as faculdades federais predominantes: quatro do total de nove instituições, estaduais três, e particulares duas:

TABELA 14: Instituições e programas onde os trabalhos foram defendidos

Instituição	Quantidade	Programa
UNESP	4	Educação
PUC	4	Educação
USP	2	Educação
UPF	1	Educação
UECE	1	Políticas públicas
UFES	1	Educação
UFSC	1	Educação
UFSCar	1	Educação Especial
UFRGS	1	Educação
Total: 9	16	

Fonte: Elaboração própria com base no banco de teses e dissertações da Capes, de 2000 a 2012.

A grande maioria dos trabalhos foram defendidos nos programas de Educação, com exceção ao trabalho da Universidade Federal de São Carlos que foi defendido no programa de pós-graduação em Educação Especial, e o da Universidade Federal do Ceará, que foi no programa de políticas públicas e um trabalho da PUC de Pelotas, que foi defendido no programa de serviço sociais.

Em relação aos temas principais dos trabalhos encontrados, há uma grande diversidade no que se refere ao foco das pesquisas, será possível perceber isto na tabela seguinte:

TABELA 15: Temas principais das pesquisas encontradas

Tema	Quantidade
Organização do Atendimento Educacional Especializado.	5
Salas de recursos Multifuncionais.	1
Investigação das classes especiais.	1
Políticas públicas para educação especial em um município.	1
Processo de integração/inclusão de um município.	2
Educação especial e educação infantil.	1
Sobre serviço do ensino itinerante	2
Conceito de educação inclusiva nos projetos políticos-pedagógicos	1
Implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva	2

Fonte: Elaboração própria com base no banco de teses e dissertações da Capes, de 2000 a 2012.

É possível perceber que o tema com maior predominância nos estudos é o que discorre sobre a organização da educação especial em um município em questão, na maioria dos casos este estudo é por meio de documentos de âmbito nacional e municipal. Ressaltamos um trabalho com este tema, que também aborda o desempenho dos alunos com necessidades educacionais especiais por meio das provas do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP –, Escala Lickert de Atitudes Sociais em relação à Inclusão – ELASI e ficha avaliativa do professor sobre o desempenho acadêmico e as relações interpessoais de seus alunos.

Em sequência, com maior predominância, segue os temas: Processo de integração/inclusão de um município; serviço do ensino itinerante; e implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva; sobre este último, destacamos o fato de ter sido encontrados dois trabalhos com a temática no mesmo município, porém, o sujeito de análise de ambos se diferencia: um procura analisar o que dizem os gestores municipais sobre a implementação da política de educação inclusiva na realidade de sua rede de ensino e outro a visão dos pais ou responsáveis de alunos com necessidades educacionais especiais sobre a política.

Quanto aos procedimentos da coleta de dados, cinco procedimentos foram usados nos textos, será possível encontra-los na tabela seguinte. Cabe ressaltar que mais de um procedimento foi utilizado em algumas pesquisas, como, por exemplo, análise documental e entrevistas, vários trabalhos utilizaram estes dois procedimentos.

TABELA 16: Procedimentos de coleta de dados

Procedimento	Quantidade
Análise documental	9
Entrevistas	9
Observações na escola	3
Análise de dados do aluno	1
Grupos focais filmados	1

Fonte: Elaboração própria com base no banco de teses e dissertações da Capes, de 2000 a 2012

A maior parte dos trabalhos utilizou a análise documental e entrevistas para coleta de dados no processo das pesquisas.

Sobre a rede de ensino onde as pesquisas foram feitas, municipal; estadual; ou privada, a rede municipal foi a que predominou como campo de pesquisa, poderemos ver a quantidade de trabalho em cada rede de ensino na tabela a seguir.

TABELA 17: Rede de ensino como campo de pesquisa

Municipal	Estadual	Privada	2 redes ou mais
12	1	0	3

Fonte: Elaboração própria com base no banco de teses e dissertações da Capes, de 2000 a 2012

Dos 16 trabalhos analisados, 12 estudaram a educação especial no âmbito da rede municipal de ensino, tiveram escolas municipais como foco de pesquisa, apenas 1 trabalho teve as escolas estaduais como foco de pesquisa e 3 trabalhos estudaram a educação especial em mais de uma rede: um deles estudou a APAE e escolas estaduais do município, e os outros 2 tiveram como foco as redes municipais, estaduais e privadas do município.

Quanto aos municípios estudados, ao todo 13 municípios foram pesquisados, sendo que 3 municípios são foco de 2 trabalhos cada, o que é o caso do município de São Paulo/SP, Araraquara/SP e Pelotas/RS. Foram encontrados trabalhos de municípios de 3 regiões do país, na tabela seguinte podemos ver os estados cujos municípios pertencem e que as pesquisas foram feitas.

TABELA 18: Estados em que as pesquisas foram feitas

Estado	Quantidade
São Paulo	8
Espírito Santo	2
Santa Catarina	4
Rio Grande do Sul	1
Ceará	1

Fonte: Elaboração própria com base no banco de teses e dissertações da Capes, de 2000 a 2012

O estado de São Paulo é o que tem mais municípios com estudos com a temática pesquisada, com seis municípios como foco da pesquisa, sendo que dois municípios são foco de dois trabalhos cada, por isso que no estado de São Paulo são encontradas oito pesquisas, cabe ressaltar que no município de Araraquara os dois trabalhos encontrados apresentam o mesmo tema principal que é o ensino itinerante como serviço de apoio pedagógico especializado um de 2004 e outro de 2005, porém um procura entender o ensino itinerante de Araraquara por meio de entrevistas e documentos, outro coletou os dados por meio de observação participativa no acompanhamento do trabalho de uma das professoras itinerantes da rede municipal de ensino.

Um dado importante a ser ressaltado é que dos 13 municípios estudados, dois deles foram escolhidos para ser o campo da pesquisa porque fazem parte dos municípios polo do Programa “Educação inclusiva: direito à diversidade”, vinculado à Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação, que tem como objetivo a disseminação da política de inclusão; a formação de gestores e educadores; a sensibilização da sociedade; e a formação de redes apoiadoras do processo de inclusão. São eles os municípios de Pelotas/RS e Sobral/CE. Os dois estudos procuram realizar um olhar acerca das políticas públicas no município, sobretudo através das ações do programa já referido.

Para uma análise mais completa do banco de dados da Capes, outros quatro descritores foram usados. São eles:

- **Município, educação, censo escolar;** foram encontrados a partir deste descritores 48 trabalhos, porém, após leitura e análise dos resumos apenas 2 trabalhos são da temática procurada, ambos defendidos no ano de 2012: o primeiro com o título “*Os impactos da política de atendimento educacional especializado: análise dos*

indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência” autora: Andressa Santos Rebelo, defendido no nível de titulação de mestrado no programa de educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e teve como objetivo analisar a possibilidade de efetivação da política de Atendimento Educacional Especializado sob as condições vigentes, para tanto, um de seus objetivos específicos foi discutir o impacto do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” sobre as matrículas dos alunos com deficiência analisando os dados obtidos pelo Censo Escolar (MEC/INEP) no período de 1999 a 2010; teve como foco o município de Corumbá/MS.

O segundo trabalho também foi defendido pelo programa de educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com o nível de titulação de doutorado. O título é *“Salas de recursos multifuncionais e plano de ações articuladas em Campo Grande - MS: análise dos indicadores”* autora: Nesdete Mesquita Corrêa, teve como objetivo analisar os indicadores do “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” na rede municipal de ensino de Campo Grande/MS. Os dois trabalhos encontrados procuram estudar a implementação das salas de recursos multifuncionais em dois municípios do estado de Mato Grosso do Sul. O segundo descritor procurado foi:

- **Município, educação especial, censo escolar**, 14 trabalhos foram encontrados, mas apenas 1 com a temática, porém o trabalho encontrado com a temática é o mesmo encontrado com o descritor acima, o primeiro trabalho descrito. Já o terceiro descritor foi:

- **São João da Boa Vista, educação**, 15 trabalhos foram encontrados, e apenas 3 abordavam a educação como tema central, os títulos são: *“A Educação Profissional e os Fundamentos da Escola Unitária Gramsciniana: o caso do campus São João da Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo”* autora: Juliana Gimenes Gianelli, defendido no nível de mestrado em 2010 pela Universidade Federal de São Carlos, no programa de educação; *“A Educação Física na Rede Pública do Município de São João da Boa Vista - SP e o Portador de Necessidades Especiais: Do Direito ao Alcance”* autora: Rachel Barbosa P. Florence, defendido no nível de mestrado em 2002 pela Universidade Estadual de Campinas, no programa de educação física, e; *“A implementação da municipalização do ensino em quatro municípios da região de São João da Boa Vista S.P”* autor: Roque Lucio, defendido no nível de mestrado em 2005 pela Universidade Estadual de Campinas, no programa de educação,

este estudo não contempla o município de São João da Boa Vista, contempla apenas 4 municípios de sua região.

O quarto descritor foi **São João da Boa Vista, censo escolar**, nenhum trabalho foi encontrado a partir deste descritor.

Tendo em vista o presente levantamento apresentado, percebemos que no município de São João da Boa Vista poucos trabalhos sobre a educação foram encontrados e nenhum trabalho abordou especificamente o tema da organização da educação especial no município e que analise os indicadores sociais referentes às matrículas disponibilizados pelos dados do censo escolar. Portanto, são inexistentes os estudos que abrangem o tema que se pretende estudar nesta presente pesquisa, o que o torna relevante e inédito.

[...] as pesquisas desenvolvidas nos programas de pós-graduação stricto-sensu no país devem ser vistas com atenção especial. Primeiro, pela contribuição que pode trazer para a superação de inúmeros problemas que enfrentamos, especialmente no campo da educação, educação física, sendo mais precisamente voltados para as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. Segundo, e no mesmo sentido, se a pesquisa é importante para auxiliar o Ser humano a superar os problemas que encontra, é preciso que se analise a própria pesquisa, que se investiguem os caminhos que são adotados para o seu desenvolvimento, que se identifiquem os interesses e determinantes sócio-político-econômicos que a norteiam e, ainda, que se explicitem as suas principais tendências numa esfera específica do conhecimento. Isto para que não apenas os problemas identificados pelo Ser Humano na realidade sejam superados, mas também para que possam ser superados os problemas percebidos no próprio ato de investigar (GAMBOA, 2011 p. 397-398).

Desta forma, pretende-se neste estudo contribuir para produção de conhecimento no que se refere à educação, mais especificamente sobre a organização da educação especial no município de São João da Boa Vista, já que sobre esta temática ainda são escassas as pesquisas no município em questão.

CAPÍTULO III – MÉTODO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

“Método não é algo abstrato. Método é ato vivo, concreto, que se revela nas nossas ações, na nossa organização e no desenvolvimento do trabalho de pesquisa, na maneira como olhamos as coisas do mundo” (GATTI, 2008, p. 63). Então, estamos falando aqui da forma de construir o conhecimento que está sendo proposto neste trabalho.

Pretende-se fazer uma pesquisa, além de qualitativa, quantitativa no campo da educação. Metodologia esta, que no campo da educação, poucas são as pesquisas que a utilizam. Segundo Gatti (2004), houve uma lacuna na realização de estudos, no campo educacional na formação de educadores, mestres e doutores, que contemplam metodologias quantitativas, porém “há problemas educacionais que para sua contextualização e compreensão necessitam ser qualificados através de dados quantitativos” (GATTI, 2004, p. 13). Para o emprego deste método alguns aspectos importantes devem ser considerados, segundo a autora já referida, o primeiro a se considerar é que os números, frequências ou medidas apresentam propriedades que demarcam seu uso, sendo então, finito suas possibilidades e seu alcance já delimitado; outro aspecto a ser considerado é o fato de que para obter boas análises é necessário que o pesquisador faça em primeiro lugar, boas perguntas para que o aparato teórico guie as análises e interpretações. Para tanto, é necessário a união da metodologia quantitativa e qualitativa:

Os métodos de análise de dados que se traduzem por números podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais. Mais ainda, a combinação deste tipo de dados com dados oriundos de metodologias qualitativas, podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos, processos. As duas abordagens demandam, no entanto, o esforço de reflexão do pesquisador para dar sentido ao material levantado e analisado. (GATTI. 2004, p. 13)

É possível perceber que no Brasil o uso de dados quantitativos no âmbito educacional nunca rendeu uma tradição sólida, o que dificulta o entendimento sobre o que tais dados podem oferecer para as pesquisas no universo da educação.

O uso de dados quantitativos na pesquisa educacional no Brasil nunca teve, pois, uma tradição sólida, ou uma utilização mais ampla. Isto dificultou, e dificulta, o uso desses instrumentais analíticos de modo mais consistente, bem como dificulta a construção de uma perspectiva mais fundamentada e crítica sobre o que eles podem ou não podem

nos oferecer; dificulta ainda a construção de uma perspectiva consistente face aos limites desses métodos, limites que também existem nas metodologias ditas qualitativas os quais, em geral, não têm sido também considerados. De outro lado, dificulta a leitura crítica e contextualizada quando dados quantitativos são trazidos à discussão, seja nos âmbitos acadêmicos, seja em âmbito público (GATTI, 2004, p. 14).

Tal falta de tradição pode ser verificada por meio do estudo que Gatti (2004) fez no texto *“Estudos quantitativos em Educação”*, a autora realiza um levantamento exaustivo em diversos periódicos a procura de estudos em educação que utilizam as abordagens quantitativas, publicados desde 1970 a 2004. Neste estudo, Gatti divide em eixos os temas estudados nas pesquisas que utilizam as abordagens quantitativas encontradas, e traz as contribuições destes trabalhos perante a reflexão crítica no campo de educação. Tais eixos puderam ser encontrados: analfabetismo, percurso escolar e fracasso escolar; fluxo escolar, análise de coortes; questão do letramento; política de educação básica; financiamento da educação/municipalização; fatores sociais e educação; entre outros. Nos trabalhos encontrados em cada eixo foi possível destacar alguns autores como Ferraro, Ribeiro, Barreto, Madeira, Gouveia e Melchior, todos eles abordam em seus textos algum eixo e trazem grandes contribuições para área.

Ainda neste texto Gatti (2004) traz a colocação de dois autores Falcão e Régnier, para que possamos compreender qual o papel na quantificação no campo da pesquisa educacional:

Esses autores postulam que a análise de dados quantitativos constitui-se em um trabalho que propicia que “a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”. (GATTI, 2004, p. 14)

Além disso, a autora classifica em três as formas de se obter quantificações, e que para isso depende da natureza do objeto, dos objetivos a que o pesquisador pretende chegar e também, do instrumento de coleta dos dados. As formas são: 1) Categriais: que permite o agrupamento a partir da característica, sendo um grupo diferente do outro. Esta forma possibilita o cruzamento de categorizações para que se consiga maiores detalhes da informação estudada. 2) Ordenados: podem ser chamados assim, as informações colocadas em uma forma que mostre a posição em relação a alguma característica, por exemplo, 1º, 2º e 3º lugar. 3) Métrico: “consiste de observações relativas que podem ser mensuradas e expressas numa escala numérica (GATTI, 2004,

p. 15)”. Porém, Gatti (2004, p. 15) ressalta que “o que se procura ao criar uma tradução numérica ou categorial de fatos, eventos, fenômenos, é que esta tradução tenha algum grau de validade racional, teórica, no confronto com a dinâmica observável dos fenômenos”. Ressalta ainda, que há uma maior necessidade por parte dos pesquisadores de como lidar com os métodos quantitativos no contexto da reflexão isso é, devem saber dominá-los, usando-os como recursos e não “submeter-se cegamente a eles, entendendo que o tratamento desses dados por meio de indicadores, testes de inferência, etc. oferecem indícios sobre as questões tratadas, não verdades; que fazem aflorar semelhanças, proximidades ou plausibilidades, não certezas (GATTI, 2004, p.14)”.

Por fim, a autora conclui seu estudo trazendo a discussão, antiga, sobre a qualidade dos dados estatísticos, principalmente de grandes bases como o do Censo. Esclarece que não há como desconsiderar o problema da qualidade desses dados uma vez que vários autores já se empenharam nos seus estudos a procura dos limites e possibilidades dessas bases de dados. Aponta também a importância de análises a partir de dados quantificados, estas:

Contextualizadas por perspectivas teóricas, com escolhas metodológicas cuidadosas, trazem subsídios concretos para a compreensão de fenômenos educacionais indo além dos casuísmos e contribuindo para a produção/enfrentamento de políticas educacionais, para planejamento, administração/gestão da educação, podendo ainda orientar ações pedagógicas de cunho mais geral ou específico. Permitem ainda desmistificar representações, preconceitos, “achômetros”, sobre fenômenos educacionais, construídos apenas a partir do senso comum do cotidiano, ou do marketing. (GATTI, 2004, p. 26)

Um dos autores levantados no estudo foi o Alceu R. Ferraro, seus estudos destacam-se nos temas referentes à pesquisas demográficas em educação que contemplam os problemas de fluxo escolar, analfabetismo e fracasso escolar. Tais temas exigem trabalhos com massas de dados populacionais, como exemplo trazemos o texto do autor já referido “*Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse*”, neste texto Ferraro (2008) estabelece relação entre educação e dívida educacional, por parte do estado, que correspondem aos anos de não realização do direito que cada cidadão tem, garantido pela Constituição de 1988, de completar a educação fundamental, para tanto, Ferraro (2008) utiliza os dados do censo de 2000. Ferraro também aponta neste texto a importância de se trabalhar com a qualidade das estatísticas lembrando que um dos desafios da pesquisa “diga precisamente respeito aos

(à qualidade dos) registros escolares. Estes equivalem como fonte, aos registros civis ou vitais (FERRARO, 2008, p. 285)”

Assim, pretendeu-se nesta pesquisa trabalhar com a tese da unidade na perspectiva da dialética marxista, a qual consiste na inseparabilidade que há entre quantidade e qualidade.

Nessa perspectiva dialética, simplesmente não há quantidade sem qualidade, nem qualidade sem quantidade; a unidade entre essas duas dimensões do real está em sua inseparabilidade ou exigência recíproca, não em qualquer identidade imaginária entre ambas. (FERRARO, 2012, p 144.)

Também se pretendeu trabalhar neste estudo com a pesquisa documental que é “um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos” (SÁ-SILVA, 2009, p.5).

3.1 CAMINHOS PERCORRIDOS NA COLETA DOS DADOS

Para tanto, foram utilizados os microdados pertencentes à base de dados do censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) disponibilizados no site do INEP, referentes aos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). O Censo Escolar coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar (BRASIL, INEP⁵).

Tendo como justificativa pelo recorte temporal, a política educacional que a partir de 2007 estabelece o sistema inclusivo de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino regular; estando em vigor em 2008 a Política Nacional de Educação

⁵ Disponível em <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso 20/09/2013

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Januzzi (2005, p. 142) nos diz que “(...) a comparabilidade do indicador ao longo do tempo é uma característica desejável, de modo a permitir a inferência de tendências e a avaliar efeitos de eventuais programas sociais implementados”. E, também, pela modificação da coleta de dados do censo escolar que, até 2006, não adotava o aluno como unidade básica de coleta e sim a escola, passando a partir de 2007 oferecer detalhes e informações específicas de cada aluno, o que possibilita maiores informações sobre o aluno.

Em 2007, o formulário impresso do Censo Escolar foi transformado em um sistema de informações on-line, o Censo Web, que qualifica o processo de manipulação e tratamento das informações, permite atualização dos dados dentro do mesmo ano escolar, bem como possibilita o cruzamento com outros bancos de dados, tais como os das áreas de saúde, assistência e previdência social (MEC/SEESP, 2008).

Para que se possa manusear e explorar os microdados, referentes à matrícula de alunos com deficiência – Utilizaremos para realização deste trabalho as principais deficiências: deficiência visual que contempla também os alunos cegos e com baixa visão, deficiência auditiva que também contempla os alunos surdos, deficiência física e deficiência intelectual a qual é referida pelos microdados como deficiência *mental* – na educação básica, do Censo Escolar da Educação Básica disponibilizados pelo INEP será necessário o uso o *softwear* IBM SPSS *Statistics*, versão 17.0.

Tal banco de dados oferece, em cada ano, quatro sub-bancos: banco de dados da escola, da turma, das matrículas e dos docentes; contendo inúmeras variáveis em cada sub-banco, que podem ser cruzadas, ou então, isoladas, gerando maiores informações sobre as matrículas dos alunos em todo o Brasil, ou em um determinado estado, ou até mesmo de um município brasileiro, sendo este o caso deste trabalho. Com o cruzamento das variáveis desejadas é possível, por exemplo, ver quantos alunos do sexo masculino estão matriculados na modalidade EJA em escolas municipais do município que se deseja estudar, ou então, quantos alunos estão matriculados na modalidade EJA em todo o território nacional. Com este exemplo pretende-se demonstrar o possível alcance que o trabalho com este banco oferece.

Para aprofundamento do estudo foi necessário que se delimitasse um sub-banco para estudo, e também limitar o uso das variáveis para aquelas que contemplassem as respostas e análises que se pretende fazer com este estudo, como se trata de um estudo

sobre o acesso e permanência dos alunos com deficiência, optou-se por usar o banco de dados de matrículas, sendo as variáveis utilizadas as seguintes listadas:

- zona residencial;
- localização da escola;
- modalidade de ensino,
- etapa de ensino;
- dependência administrativa da escola;
- sexo;
- cor/raça;
- localização diferenciada (terra indígena, área remanescente de quilombo, área de assentamento) da escola;
- transporte escolar e poder público responsável pelo transporte;
- sala multisseriadas.

Os microdados referentes ao censo escolar são públicos, porém é necessário um programa específico, já referido acima, para que a leitura destes dados possa ser feita. Em cada ano foi necessário, neste programa, que se isolasse todos os estados, um de cada vez, e rodasse as variáveis desejadas; para chegar aos dados do município destacado nesta pesquisa foi necessário isolar o estado em que o município está inserido e posteriormente o código referente ao município em questão, sendo possível, então, que se rodasse as variáveis desejadas. Após o processo de rodagem do sistema, o programa gera tabelas descritivas das variáveis que se desejou rodar, sendo necessário a consulta de um manual de instrução, que apresenta todas as variáveis – Leia-me – para que fosse possível a tradução da tabela que o programa gera, para então poder montar as tabelas explicativas que poderemos visualizar ao decorrer dos capítulos deste trabalho.

Para caracterização do município estudado foram utilizados os dados referentes ao Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também dados do banco do SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática.

Todos os dados referente ao município de São João da Boa Vista foram cotejado com os dados coletados referente ao Brasil – âmbito nacional – e, por se tratar de um município do estado de São Paulo, foi cotejado também com os dados referente à este estado. Proporcionando assim, um estudo contextualizado e mais rico.

3.2 INDICADORES SOCIAIS: CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES

Para conceituar o termo Indicadores Sociais, utilizaremos neste trabalho o autor Paulo de Martino Jannuzzi que discorre em vários textos sobre a formulação de políticas públicas com base nos indicadores sociais.

Foi a partir dos anos 60 que começou a se desenvolver um marco conceitual mais amplo sobre os indicadores sociais, que segundo Jannuzzi (2002 p. 2), foi “no bojo das tentativas de organização de sistemas mais abrangentes de acompanhamento das transformações sociais e aferição do impacto das políticas sociais nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas” em que originou seu desenvolvimento. O objetivo era que com, os sistemas abrangentes de indicadores sociais, os governos poderiam ter melhor conhecimento, podendo assim, direcionar suas ações com o desígnio de superar a distribuição não igualitária das riquezas geradas equilibrando o desenvolvimento econômico acelerado (JANNUZZI, 2002). Sendo assim:

Universidades, sindicatos, centros de pesquisa e as agências vinculadas ao Sistema de Planejamento Público – cada um ao seu tempo e modo – passaram a desenvolver esforços para aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e outras dimensões da realidade social, dando origem aos Sistemas de Indicadores Sociais, isto é, a conjunto de indicadores sociais referidos a uma temática social específica, para análise e acompanhamento de políticas ou da mudança social. (JANNUZZI, 2002, p.1-2)

O autor nos apresenta o conceito de indicador social como algo que seja mensurável, usado para quantificar um conceito social abstrato, Portanto:

É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. (JANNUZZI, 2002, p. 2)

Jannuzzi (2002) ainda nos atenta que para o uso destes indicadores sociais é necessário que se dê atenção à algumas propriedades apontadas como importantes para o seu emprego nas pesquisas acadêmicas, são elas: relevância para discussão no campo

da política social, sua validade para representar o tema, a confiabilidade dos dados que foram usados para construção do indicador social. O autor ainda nos diz que “um indicador social deve ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta, deve ser sensível a políticas públicas implementadas” (JANNUZZI, 2002, p 3), e ainda ter certa historicidade para que se possa fazer comparações ao longo do tempo.

Porém, não coloca dúvida no quão estes indicadores podem ser de grande utilidade para definição de prioridades sociais:

Sem dúvida, conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do Orçamento Público. Se bem empregados, os Indicadores Sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, os indicadores sociais podem contribuir no apontamento da magnitude das carências a atender nas diversas áreas de intervenção. (JANNUZZI, 2002, p. 2)

Mas, nos atenta que estes devem ser bem empregados pra não se tornar uma massa de dados sem confiabilidade e relevância social.

O autor também indica a necessidade de se usar, em pesquisas, indicadores com uma boa cobertura territorial ou populacional que representam a realidade empírica traduzidas em análises, sendo os indicadores sociais produzidos pelos censos demográficos um banco que apresenta tal característica, tornado-se assim, importante fonte para o planejamento público do país. Indica, também, a necessidade de um indicador que contemple um período de tempo possibilitando o acompanhamento da mudança social: “avaliar o efeito de programas sociais implementados, corrigir eventuais distorções de implementação, é necessário que se disponha de indicadores levantados com certa regularidade” (JANNUZZI, 2005, p. 142).

Em suma, o uso dos indicadores sociais é feito para o monitoramento da realidade social, objetivando a formulação, ou então, reformulações das políticas públicas (JANNUZZI, 2002).

3.3 CONFIABILIDADE DOS INDICADORES SOCIAIS: ALGUNS QUESTIONAMENTOS

Não só Jannuzzi, mas também, Alceu Ferrado se debruça sobre o estudo dos indicadores sociais, tais autores trazem uma questão altamente relevante, sendo necessário que se leve em consideração: a questão da qualidade das estatísticas. Ferraro (2001) aponta que esta questão veio junto com as próprias estatísticas, tornando-se mais grave quando se trata de levantamentos sociais, ainda mais referentes à educação.

O autor divide as estatísticas que visam estudar a população em dois grupos: o que tem como objetivo descrever o estado na população momentaneamente, tanto no que se refere à localização espacial ou distribuição territorial, e também de sua estrutura e características como idades, sexo, religião, entre outras; sendo que este grupo tem como objeto principal as unidades estatísticas concretas, que são os domicílios, os indivíduos. Já o outro grupo, visa estudar o movimento da população, e tem como objeto principal os eventos demográficos em um determinado período temporal, o que permite descrever a população através de seus movimentos e dinâmicas (FERRARO, 2001).

A distinção entre estado e movimento da população traduz, em última instância, uma classificação geral dos dados demográficos sob o aspecto de seu conteúdo. Conforme se refiram as estatísticas demográficas a unidades estatísticas concretas (indivíduos, domicílios, etc.) num momento determinado de tempo, ou a unidades estatísticas abstratas, a eventos (nascimentos, mortes, etc.), num período determinado de tempo (um ano, por exemplo), ter-se-á análises do estado ou análises do movimento da população. (FERRARO, 2001, p. 52).

Os dados referentes à educação fazem parte do segundo grupo citado, o que visa estudar o movimento, no caso, educacional da população, os alusivos à matrícula. Ferraro (2001) aponta problemas no que diz respeito a validade e fidedignidade dos registros escolares, um deles é sobre o nível da universalização do acesso à escola:

Obviamente, a maior ou menor qualidade das estatísticas de movimento educacional afetará, para melhor ou para pior, os diagnósticos em relação a cada uma das questões apontadas, bem como as políticas educacionais que neles se possam embasar. No entanto, o objetivo aqui não é responder a essas questões, mas tão somente discutir a qualidade das estatísticas que servem ou poderiam servir de base para tais diagnósticos. Argumenta-se, por exemplo, que há mais matrículas do que

crianças e adolescentes em determinadas faixas de idade; que reprovação e repetência são subestimadas; que, em contrapartida, se superestima a evasão; finalmente, que já se atingiu a universalização, não havendo mais problema de acesso. (FERRARO, 2001, p. 54).

Na citação a cima, é possível vislumbrar alguns problemas encontrados ao se trabalhar com grandes bases de dados, um forte problema já apontado é em relação à ter mais matrículas do que crianças, principalmente no que se refere à matrículas de alunos com deficiências, o total das matrículas não batem com o total que se encontra quando a soma é feita por cada tipo de deficiência. Uma hipótese levantada é que tal problema surge no ato de preencher os questionários e na elaboração dos questionários. Sobre isso Ferraro (2001, p. 55) diz: “a qualidade das estatísticas pode ficar comprometida tanto por erros na coleta e agregação dos dados dos registros, quanto por falhas ocorridas nos próprios registros. Eventuais falhas apuradas nas estatísticas resultantes de tais processos são efeitos”.

Contudo, não se pode deixar de ressaltar a importância de estudar e fazer pesquisas cuja principal fonte sejam dados de grandes bases, como os censitários. Como já dito em tópico anterior, Gatti (2004), que também considera o problema da qualidade dos dados, aponta que apesar disto, apesar dos dados delimitarem seu alcance, são fontes concretas que possibilitam a compreensão de fenômenos, uma vez que são concretos, vão além de hipóteses. Não esquecendo que, são através deles, apesar das falhas, que são pensadas as políticas públicas em nosso país, e que se queremos entendê-las devemos saber a partir de que ponto são feitas, pra quem são feitas; e também, se ainda há falhas nesses bancos de dados que são de utilidade pública, serão através de pesquisas que visam compreender tais bancos que soluções poderão ser pensadas, e tais bancos se tornarem mais fieis e confiáveis, proporcionando políticas públicas pensadas na verdadeira realidade.

CAPÍTULO IV – PANORAMA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

O município, localizado no interior do estado de São Paulo, foi emancipado em 1880, com uma população inicial de 16.000 habitantes, sendo em sua grande maioria moradora do campo, apenas 3.000 habitavam a cidade, sendo a lavoura um setor importante para a cidade, até nos dias atuais.

Sobre os índices de pobreza e extrema pobreza do município, é possível perceber que São João da Boa Vista está bem abaixo da média nacional, principalmente no que se trata à extrema pobreza, podemos conferir estes dados na tabela a seguir. Cabe ressaltar que as próximas 5 tabelas, foram elaboradas através da plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, que é:

uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. (...) A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano dos municípios e a desigualdade entre eles em vários aspectos do bem-estar. Sua relevância vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município. (PNUD, 2013⁶)

TABELA 19: População pobre e extremamente pobre

2010	% pobres	% de crianças pobres	% extremamente pobres	% de crianças extremamente pobres
Brasil	15.20	26.01	6.62	11.47
São João da Boa Vista	1.84	4.10	0.32	0.77

Fonte: Elaboração própria com base na plataforma Atlas Brasil

A população denominada pobre, é referente à indivíduos com renda domiciliar, per capita igual ou inferior de 140,00 reais mensais, a população denominada extremamente pobre se refere à indivíduos com renda mensal domiciliar per capita igual ou inferior de 70,00 reais. Como já foi dito, o município estudado está abaixo da porcentagem nacional nos quatro blocos apresentados na tabela.

Sobre a educação, o estudo de Gianelli sobre o município traz:

⁶ Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/o_atlas_, acesso em 03/11/2013

Nos índices relacionados à Educação (SEADE, 2000), o município apresentou as seguintes características (em %): 6,44 na taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais; 7,68 na taxa média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos; 7,68% (maior que a média no estado 7,64); 45,62 na população de 18 a 25 anos com Ensino Médio completo (maior que a média no estado 41,88). (GIANELLI. 2010, p 84)

Para completar as informações, será apresentado alguns dados, elaborados através da plataforma já referida, que contemplam a educação no município. A tabela seguinte, diz respeito ao analfabetismo no município, segundo a plataforma, estas porcentagens são alusivas à população que não sabe ler ou escrever um bilhete simples.

TABELA 20: Taxa de analfabetismo por grupos etários

2010	11 a 14	15 ou mais	15 a 17	18 ou mais	18 a 24	25 ou mais
Brasil	3.24	9.61	2.20	10.19	2.61	11.82
São João da Boa Vista	0.87	3.84	0.66	4.03	0.86	4.56

Fonte: Elaboração própria com base na plataforma Atlas Brasil

Podemos perceber que, igual a tabela anterior, a tendência é estar abaixo da média nacional, também no que se trata ao analfabetismo. As porcentagens de analfabetismo no município sobem quando se trata de uma geração mais antiga, de 25 ou mais, ou então de grupos etários que não delimitam a idade contemplada, que é o caso dos grupos *15 ou mais* e, *18 ou mais*. Porém, mesmo quando a porcentagem eleva-se ainda se mantém significativamente abaixo da média nacional.

Já a próxima tabela indica a população, por porcentagem e por grupo etário que concluiu o ensino fundamental e também a população que completou o ensino médio, independente de ser em ensino regular, EJA, ou supletivo.

TABELA 21: Taxa de escolaridade da educação básica por grupos etários

2010	15 a 17 com fundamental completo	18 a 24 com fundamental completo	18 a 20 com médio completo	19 a 21 anos com médio completo
Brasil	57.24	74.24	41.01	47.33
São João da Boa Vista	80.40	86.88	56.03	64.91

Fonte: Elaboração própria com base na plataforma Atlas Brasil

Percebe-se, que São João da Boa Vista, no que se refere à escolaridade, está acima da média nacional. Indicando que a escolaridade do município está acima, quando comparado ao Brasil. Já a tabela seguinte indica a população que completou o ensino superior.

TABELA 22: Taxa de escolaridade do ensino superior por grupo etário

2010	25 anos ou mais com superior completo
Brasil	11.27
São João da Boa Vista	16.97

Fonte: Elaboração própria com base na plataforma Atlas Brasil

Confirmando a tendência dos dados apresentados anteriormente, o município estudado apresenta maior número de escolaridade, também no ensino superior.

A seguir, veremos, em porcentagem, a frequências na educação básica e ensino superior:

TABELA 23: Taxa de frequência à educação básica e ensino superior da população

2010	Frequência à pré escola	Frequência ao ensino fundamental	Frequência ao ensino médio	Frequência ao ensino superior
Brasil	68.77	112.19	101.49	29.82
São João da Boa Vista	103.87	98.63	93.92	29.84

Fonte: Elaboração própria com base na plataforma Atlas Brasil

Já os dados alusivos à frequência na educação básica, a tabela mostra que São João da Boa Vista, oscila, estando abaixo da média nacional na frequência ao ensino fundamental e médio, porém estão equiparadas perante à frequência ao ensino superior.

Tais dados foram apresentados com o objetivo de contextualizar o município em foco deste estudo, comparando em âmbito nacional, os dados referentes pobreza taxas de educação. Percebemos que o município apresenta boas condições tanto referentes à pobreza da população quanto na educação.

Também podemos encontrar dados recentes do município disponibilizados pelo SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática, que objetiva “facilitar aos administradores públicos e à sociedade em geral” (BRASIL, 2013), com este sistema é possível consultar dados por níveis territoriais desagregados e acompanhar as mudanças ao longo do tempo, o que facilita o estudo de um determinado local que se pretende investigar, como por exemplo, um município. Segundo esta fonte, a população atual

segundo a situação de domicílio, do município de São João da Boa Vista, pelo censo de 2010 é de 83.639, dividida em população urbana: 80.302 e rural: 3.337.

Podemos obter também, neste mesmo sistema, o total da população com deficiência – para este trabalho utilizaremos o total de deficiência visual, auditiva, motora e intelectual, e que apresentam as seguintes categorias: 1. Não consegue de modo algum e, 2. Com grande dificuldade. – Vejamos estes dados na tabela seguinte:

TABELA 24: Total da população com deficiência no ano de 2010

Deficiência	Brasil	Sudeste	São Paulo	São João da Boa Vista
Visual	6 562 910	2 496 880	1 203 353	1 912
Auditiva	2 143 173	867 782	436 054	911
Motora	4 433 350	1 828 930	866 279	2 031
Intelectual	2 611 536	1 053 910	502 931	937
Total	15 750 969	62 475 02	3 008 617	5 791

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/SIDRA, Censo demográfico de 2010.

A deficiência visual é a com mais incidência, tanto em âmbito Brasil, como na região Sudeste, no estado de São Paulo e também no município de São João da Boa Vista, seguida pelas deficiências motora, intelectual e auditiva.

A partir dos dados da tabela acima, e sabendo que a população do município em foco é de 83.639, constatamos que 2,29% da população declaram-se como deficientes visuais, 1,09% da população como deficientes auditivos, 2,43% com deficiência motora e 1,12% como deficientes intelectuais, somando esta população encontramos o número de 5.791 habitantes declarados com alguma deficiência – visual, auditiva, motora e intelectual – o que corresponde a 6,7% da população de São João da Boa Vista, estando abaixo da média nacional que é de 8,2% da população.

Como poderemos ver adiante, esta realidade não confere com a realidade encontrada quando se trata do número de pessoas com deficiência em idade escolar, a deficiência visual não é mais a que prevalece dando espaço para a deficiência intelectual. Entende-se por idade escolar os alunos que tiverem de 4 a 17 anos, cuja as redes municipais e estaduais devem garantir o acesso a escola, ofertando gratuitamente a educação básica, assegurado pela LDB, emenda nº 12.796/2013, englobando também os alunos da educação especial, que de acordo com a mesma lei, entende-se por educação especial a “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, IBGE, 2013).

TABELA 25: Total da população residente em idade escolar por tipo de deficiência no município de São João da Boa Vista em 2010

Idade	Deficiência			
	Visual	Auditiva	Motora	Intelectual
0 a 4 anos	0	28	14	33
5 a 9 anos	12	12	10	40
10 a 14 anos	23	11	11	42
15 a 17 anos	12	0	0	25
Total	47	51	35	140

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/SIDRA, Censo demográfico de 2010.

Para elaboração desta tabela usamos como fonte os dados do SIDRA, tal recorte dos grupos etários apresentados justifica-se pelo fato de ser a única possibilidade que a própria fonte dispõe, por isso, os números de 0 a 3 anos de idade também aparecem, e não apenas a partir dos 4 anos como é previsto na lei.

4.1 MATRÍCULAS DE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Para análise das matrículas de alunos com e sem deficiência do município de São João da Boa Vista, serão utilizados os microdados pertencentes a base de dados do censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) disponibilizados no site do INEP, referentes aos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. A justificativa temporal já foi dada no tópico *Caminhos percorridos na coleta dos dados*; já dito também, a necessidade do uso do *software IBM SPSS Statistics*, versão 17.0.

Iniciaremos tal discussão mostrando o número de matrículas, tanto em São João da Boa Vista quanto em âmbito nacional, de alunos da educação básica por total de deficiência, nos dando a possibilidade de comparação com os números da tabela anterior referente à pessoas com idade escolar no município, tal comparação é possível uma vez que a tabela a seguir refere-se ao número de matrículas.

TABELA 26: Número de matrículas de alunos da Educação Básica por total de deficiências (soma das deficiências visual, auditiva, física e mental)

ANO	Brasil	Sudeste	São Paulo	São João da Boa Vista
2007	521 080	217 115	119 348	413
2008	556 449	241 874	132 980	350
2009	663 709	291 254	164 709	431
2010	899 431	374 426	197 167	640
2011	1 023 145	403 994	203 823	581
2012	813 775	331 385	170 490	591

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Analisando a tabela, no que se refere à São João da Boa Vista, podemos perceber um aumento gradual ao longo dos anos, exceto pelos anos de 2008 que apresenta uma queda, comparado ao ano de 2007 e o ano de 2010 que apresenta um aumento excessivo, diminuindo no próximo ano. Como veremos, na tabela a seguir, tal aumento em 2010 pode ser atribuído a grande quantidade de alunos matriculados apontados com deficiência física, veremos que em 2009, 15 alunos com deficiência física são matriculados indo para 104 em 2010, um aumento considerável.

Ao compararmos esta tabela com a Tabela 25, percebemos que há diferença entre as pessoas com idade escolar e com deficiência residente no município e o número de matrículas de alunos da educação básica. Em 2010 são 273 pessoas com deficiência residente no município em idade escolar, sendo que, quando se trata de matrículas esse número é de 640 alunos com deficiência matriculados no município.

Veremos agora tais matrículas separadas por deficiência:

TABELA 27: Número de matrículas de alunos da Educação Básica em São João da Boa Vista por deficiências (visual, auditiva, física e mental)

ANO	Visual	Auditiva	Física	Mental
2007	11	18	14	373
2008	12	17	13	307
2009	14	17	15	383
2010	17	25	104	487
2011	18	24	95	443
2012	20	18	93	460

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Ao analisarmos esta tabela, podemos perceber que de 2007 a 2012, em todas as deficiências há aumento de matrículas, com exceção da deficiência auditiva, que embora tenha tido aumento de 2009 a 2011, chega em 2012 com o mesmo número de matrículas que apresenta em 2007. Este aumento em 2012 corresponde à 9 matrículas a mais na deficiência visual, 79 a mais na deficiência física e 90 a mais na deficiência intelectual.

Como já relatado, a deficiência com maior incidência quando se trata de alunos em idade escolar é a deficiência intelectual, o que acontece também com as matrículas de alunos na educação básica, seguida pela deficiência física, visual e auditiva. Pegaremos o ano de 2012 para exemplificar e fazer uma análise mais aprofundada: em 2012 o número de matrículas da educação básica de alunos com deficiência e sem deficiência é de 17.868, as matrículas de alunos com as deficiências visual, auditiva, física e intelectual correspondem a aproximadamente 4% das matrículas totais, sendo a deficiência intelectual correspondente a 77% do total de matrículas com deficiência isso é mais de 50% dos alunos com alguma das deficiências são considerados deficientes intelectuais.

Destacamos a palavra “considerados”, pois pretende-se iniciar uma reflexão neste momento: até que ponto os alunos apontados deficientes intelectuais realmente apresentam a deficiência, será que não estamos falando de outros casos, como a conhecida *dificuldade de aprendizagem*? Sendo esta *dificuldade* realmente na aprendizagem ou na forma de ensinar? O campo da deficiência intelectual é muito delicado, uma vez que tal deficiência, na maioria das vezes, não apresenta uma característica física visível, como, por exemplo, o caso da deficiência física, o que torna seu diagnóstico mais complicado. É possível trazer para cá, a discussão que se fez no capítulo anterior sobre a deficiência intelectual, pois o mesmo acontece em âmbito Brasil: há maior incidência da deficiência intelectual quando se trata das matrículas de alunos com algum tipo de deficiência.

Esse total de alunos com deficiência está matriculado na educação infantil, fundamental – anos iniciais e finais –, ensino médio e educação de jovens e adultos. A próxima tabela nos mostrará em qual etapa esses alunos estão matriculados; etapa é considerada, para o banco de dados do microdados do censo escolar, fases e níveis que a modalidade é ofertada, estando dividida em: Educação infantil – creche e pré-escola –; Ensino Fundamental – 1ª a 8ª série de 8 anos e 1º a 9º ano de 9 anos –; Ensino Médio – integrado, normal/magistério e profissional –; e Ensino de jovens e adultos, EJA, -

presencial e semipresencial. Para melhor visualização e entendimento da tabela, optamos por agrupar em 4 blocos: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

TABELA 28: Número de matrículas de alunos com deficiência (soma de deficiência visual, auditiva, física e mental) por etapa de ensino

Etapa de ensino	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Educação Infantil	6	14	6	13	35	44
Ensino Fundamental I e II	402	326	406	577	520	511
Ensino Médio	6	7	16	18	24	31
Educação de Jovens e Adultos	2	2	1	25	1	5

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Podemos perceber que a grande maioria dos alunos com deficiência estão matriculados no ensino fundamental, seguida pela educação infantil, ensino médio e EJA. Ao longo dos anos há um aumento das matrículas na educação infantil e no ensino médio, que em 2007 apresentavam poucas matrículas tendo um crescimento durante os anos, chegando, em 2012, a 44 matrículas na educação infantil e 31 no ensino médio, mesmo com este aumento ainda há poucas matrículas se compararmos ao ensino fundamental, isso nos faz questionar se no ensino fundamental aparecem tantas matrículas, onde estavam estes mesmos alunos antes de serem matriculados no ensino fundamental. Duas hipóteses podem ser levantadas, 1) Como a educação infantil a partir dos 4 anos passa a ser obrigatória apenas em 2013, essas crianças matriculadas no ensino fundamental podem não ter frequentado a educação infantil; 2) Segundo Bruno (2001), há grande necessidade dos professores estarem muito atentos para perceber as necessidades educacionais especiais das crianças na educação infantil e proporcionar inclusão à elas, o que pode dificultar tal apontamento.

Para a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, em creches e pré-escolas, há necessidade de professores empenhados na interação, acolhida e escuta dessas crianças; interessados em compreender suas necessidades e desejos. Disponíveis para interpretar suas formas de expressão e comunicação que, muitas vezes, diferenciam-se das demais crianças da mesma faixa etária. E, principalmente, professores desejosos de querer ajudá-las. (BRUNO, 2001)

Outro ponto a questionar é o fato de ter poucas matrículas no ensino médio, comparando-as com o ensino fundamental, nos faz perguntar: onde estão estes alunos depois que se formam no ensino fundamental? Será que permanecem no ensino fundamental, ou estão evadindo? Podemos perceber também, quando analisamos por etapa, que os anos iniciais no ensino fundamental correspondem a maior parte das matrículas, diminuindo ano a ano a partir dos anos finais do ensino fundamental, fato este que ocorre em todos os anos de 2007 a 2012.

Alguns fatos sobre a análise dos dados de etapa serão destacados:

- A deficiência com mais incidência no ensino fundamental é a intelectual, em 2007 representa 369 do total apresentado na tabela; em 2008, 296; em 2009, 380; em 2010, 458; em 2011, 416; e em 2012, 412;
- No ensino médio a deficiência intelectual só aparece em 2011 e 2012, com respectivamente 6 e 16 matrículas;
- Em 2010 há um grande aumento do número de matrículas referente à deficiência física e é possível perceber um número excessivo na etapa do ensino fundamental de 8 anos 1ª série, estando nesta etapa 81 das 88 matrículas de alunos com deficiência física no ensino fundamental; esta mesma etapa também apresenta um excessivo número quando se trata da deficiência intelectual: 213 sendo o total de matrículas de alunos com deficiência intelectual no ensino fundamental 458;
- Já no ano de 2011 e 2012 a etapa que se destaca é a do ensino fundamental de 9 ano 1º ano, correspondendo, em 2011, na deficiência física 69 do total de 77 matrículas no ensino fundamental, e na deficiência intelectual 188 do total de 416 matrículas no ensino fundamental; e no ano de 2012 na deficiência física corresponde a 60 do total de 77 matrículas no ensino fundamental.

Tais discrepância de matrículas em anos isolados, pode ser justificado pelo que já foi comentado sobre os Indicadores Sociais, seu uso e confiabilidade.

Na próxima tabela analisaremos as matrículas dos alunos de São João da Boa Vista por modalidade de ensino – Ensino regular, Educação Especial e Educação de jovens e adultos (EJA).

TABELA 29: Número de matrículas de alunos em São João da Boa Vista por modalidade de ensino

ANO	Ensino regular	Educação Especial	EJA
2007	18114	301	569
2008	17863	251	445
2009	17683	234	598
2010	17 582	257	270
2011	17452	237	238
2012	17422	233	213

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

A grande maioria das matrículas em São João da Boa Vista encontra-se no ensino regular, representando em 2012 aproximadamente 97% das matrículas totais. Porém se compararmos ao longo dos seis anos estudados houve decréscimo nas matrículas nas 3 modalidades apresentadas.

Percebemos também um elevado número de matrículas na modalidade EJA, superando a educação especial nos primeiros anos estudados e nos anos finais se mostra praticamente equiparado com a modalidade da educação especial.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – inicialmente voltou-se à alfabetização de uma parcela da população que, em idade escolar, foi marginalizada da escolarização regular, encaminhando-se assim, para uma educação de caráter compensatório, em que o “objetivo de alfabetizar não se fazia acompanhar de um reconhecimento da especificidade dos alfabetizandos” (OLIVEIRA, 2007, p. 85). Segundo Oliveira (2007), foi apenas com o desenvolvimento dos trabalhos de alfabetização de Paulo Freire e Moacir de Góes que surgiu a consciência de que o ensino para adultos requer um trabalho específico, distinto dos trabalhos destinados à alunos do ensino regular. Tais trabalhos eram “fundamentados em métodos e objetivos que buscavam adequar o trabalho à especificidade dos alunos” (OLIVEIRA, 2007, p. 85).

Em virtude do caráter explicitamente político do trabalho de ambos, que reconheciam a educação como ato político por excelência, depois de um primeiro momento em que o governo de João Goulart encampou e propôs um Programa Nacional de Alfabetização fundamentado no então chamado “Método Paulo Freire”, a partir do golpe militar de 1964 procurou-se enterrar a proposta e sua lógica (OLIVEIRA, 2007, p. 85).

Oliveira (2007) aponta que, nos governos militares, vários programas de alfabetização para adultos foram propostos, porém até mesmo os programas que

surgiram a partir de 1985, não conseguiram elaborar uma proposta que adequasse o currículo e as metodologias com a faixa etária e o perfil socioeconômico-cultural da população alvo. Além disso, quase sempre as propostas se tratavam de modelos únicos de âmbito nacional, o que desconsidera as múltiplas características que temos em todo o território nacional brasileiro.

A educação de jovens adultos, predominantemente, é voltada para os alunos que não tiveram acesso a escolarização regular; Oliveira (2007) traz que no campo de reflexão sobre a EJA, poucos se debruçam aos alunos que frequentaram o ensino regular e que por algum motivo não obtiveram sucesso no processo de ensino aprendizagem, mesmo estando dentro do sistema de ensino regular, pois “são submetidos a propostas e práticas inadequadas tanto aos seus perfis socioeconômico-culturais quanto às suas possibilidades e necessidades reais” (OLIVEIRA, 2007, p. 86).

Na próxima tabela veremos em quais modalidades encontram-se os alunos com deficiência em São João da Boa Vista.

TABELA 30: Número de matrículas de alunos com deficiências em São João da Boa Vista por modalidade de ensino (soma das deficiências visual, auditiva, física, e mental)

ANO	Ensino regular	Educação Especial	EJA
2007	201	215	4
2008	176	172	2
2009	288	140	3
2010	386	353	1
2011	255	325	1
2012	273	314	5

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Os números de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular e na educação especial, ao longo de todos os anos, estão bem parecidos, em 2007 há alguns alunos a mais na educação especial comparado ao ensino regular, em 2009 o número de alunos nessas duas modalidades estão quase empatados, em 2010 o ensino regular supera a modalidade de educação especial, em 2011 a educação especial volta a superar o ensino regular e em 2012 esta predominância se mantém. As matrículas da educação especial ainda é maioria, mesmo com a política, a partir de 2008, indicar a inclusão no

ensino regular. Comparando com o ensino regular percebe-se que o aumento maior foi na educação especial quando comparamos os anos de 2007 e 2012.

No município não há mais salas especiais, e a única instituição especializada é a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) “*Rosinha Oliveira Dona Apae*”, localizada na zona urbana do município, e é conveniada com o poder público estadual, mantenedora de escola privada filantrópica sem fins lucrativos. Em 2012, através dos dados coletados pelo Data Escola⁷, a APAE atende 233 alunos, o que confere com os dados disponibilizados pelo microdados do censo escolar, como podemos conferir na tabela 29, destes alunos atendidos 26 são da educação infantil e 207 do ensino fundamental dos anos iniciais. Destas 233 matrículas, 17 são de alunos que moram na zona urbana e que necessitam de transporte escolar.

Historicamente a questão da escolarização dos alunos com deficiência, principalmente a que se refere aos com deficiência intelectual se fundamentou principalmente em questões muito mais assistencialistas do que educacionais de fato, o que confere também pelo fato do afastamento do Estado para com o ensino dessas pessoas, transferindo então, a responsabilidade para o setor privado com caráter filantrópico, que é o caso das APAE's, presentes em nossa realidade até nos dias atuais.

A institucionalização da educação especial que ocorre no país a partir da década de 1950 consolida não só o distanciamento do Estado no que se refere à educação das pessoas consideradas com deficiência, mas também a privatização do ensino, da assistência social e da saúde dessa população, à medida que agrega à sua especialidade um atendimento global. Ao assumir o status de especializada em e de instituição privada de caráter público, passa a ser reconhecida e responsabilizada como tal (MELETTI, 2008, p. 02).

Assim, as instituições cumprem o papel que deveria ser do Estado, que consequentemente reduz os investimentos com a educação pública permitindo que o poder privado exerça influência na política pública da área (MELETTI).

Outro ponto que podemos refletir observando a tabela acima é: quem são estes alunos que estão matriculados na EJA? Quantos desses alunos matriculados com deficiência na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos não são oriundos de instituições especializadas?

O entendimento de que o reconhecimento da instituição especial como instância educacional é favorecedor da oferta de educação para todos, atribui outro sentido ao princípio de escola inclusiva. A APAE é considerada também como uma instância favorecedora da inclusão social de pessoas com deficiência mental na medida em que

⁷ Banco de dados disponibilizado pelo INEP.

proporciona o acesso e a permanência dessa população à escola, ainda que especializada (MELETTI, 2008, p. 7).

Podemos ver com a citação acima, que a APAE proporciona o acesso e a permanência, mas e o sucesso desses alunos, também está garantido? Uma vez que a APAE denomina-se como escola, porém seu certificado não é válido para o ingresso no ensino superior e nem para o ensino técnico. Questiona-se o sucesso destes alunos não só em instituições especializadas como também em escolas regulares, mas a ênfase às instituições especializadas se faz presente por ser estas:

Surgidas originalmente separadas das escolas comuns, muitas instituições possuíam o “quadro clínico”, formado de profissionais da área da saúde com o objetivo de habilitação/reabilitação dos alunos [...]. A formação de escolas especializadas dentro das instituições ocorreu, em grande parte, apenas após a aprovação da Lei e Bases da Educação Nacional em 1996, com a obrigatoriedade de escolarização de toda a criança. (KASSAR; REBELO, 2011, p. 3).

Mas será que as instituições apresentam mesmo características de escolarização ou ainda estão preocupadas em habilitar/reabilitar os alunos? Será que essas instituições podem realmente ser comparadas à escolas?

[...] há uma vinculação histórica da Educação Especial à área de saúde, numa vertente medica psicológica, o que implica na orientação dada à formação docente para atuação com alunos deficientes. (MAZER, TINÓS, 2011, p.386)

Na próxima tabela, encontramos o número de escolas em São João da Boa Vista, seguida pela tabela que mostra o número de matrículas de alunos com deficiência, separando as matrículas por dependência administrativa – matrículas de dependência federal, estadual municipal ou privada – dados estes que conferimos na tabela a seguir:

TABELA 31: Número de escolas em São João da Boa Vista

ANO	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Urbanas	1	11	30	23
Rurais	0	0	3	0

Fonte: MEC/INEP. Data escola Brasil, 2012.

No município há uma escola federal – Instituto Federal de São Paulo - Campus São João da Boa Vista, que oferece o ensino médio, através do Data Escola é possível verificar que em 2012 havia 258 matrículas.

No município a educação infantil é ofertada por 43 escolas, municipais ou privadas, já o ensino fundamental é ofertado por 35 escolas, dentre elas municipais, estaduais e privadas, e o ensino médio é ofertado por 16 escolas, entre elas estaduais e privadas.

TABELA 32: Número de matrículas de alunos da Educação Básica, em São João da Boa Vista por dependência administrativa e por total de deficiências (soma das deficiências visual, auditiva, física e mental)

ANO	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	0	213	30	170
2008	0	135	35	180
2009	3	345	47	151
2010	3	337	44	368
2011	2	295	45	337
2012	3	199	142	326

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Na tabela acima encontramos o número de alunos matriculados em escolas federais, estaduais, municipais e privadas da educação básica por deficiência. A tabela anterior nos dá o número de escolas que há no município coletado pelo Data Escola em 2012, podemos perceber que o número de escolas municipais é muito maior comparado ao número de escolas estaduais, isso pode ser justificado pelo processo de municipalização que ocorreu no município no ano de 2012⁸. Porém, mesmo com a municipalização, podemos perceber que em 2012 ainda há um grande número de matrículas de alunos com deficiência em escolas estaduais, embora tenha crescido as matrículas em escolas municipais. Esse número considerável de matrículas de alunos com deficiência em escolas estaduais, sendo estas apenas 11, mesmo já ocorrido a municipalização pode ser justificado pelo fato de que São João da Boa Vista não ter municipalizado o atendimento aos estudantes com deficiência visual e auditiva, sendo estes responsabilidade do estado, que também oferece uma sala de recursos voltada para os alunos com deficiência intelectual. Quando o município entra em contato com o estado, solicitando o atendimento educacional especializado para alunos com

⁸ Informação coletada através de conversa com funcionários do departamento de educação do município.

deficiência visual e auditiva, este oferece o AEE em período contrário, em escolas estaduais, mesmo os alunos sendo matriculados em escolas municipais.

A municipalização do ensino que começou a ocorrer no estado de São Paulo em 1996, após a promulgação da LDB/1996, que assegura a descentralização do ensino, e que tem como um dos objetivos entrar em conformidade com a Constituição Federal de 1988 que “determina a partilha do atendimento ao ensino fundamental entre os poderes estadual e municipal” (BRASIL, 2013), e também visa dar mais autonomia ao poder municipal proporcionando às comunidades locais o controle das atividades escolares.

A municipalização não é obrigatória. O que é obrigatório é a retenção dos recursos do FUNDO que será destinado para quem for o responsável pelo Ensino Fundamental no Município, seja o próprio Município ou o Estado. A responsabilidade pelo Ensino Fundamental além de ser um dever do Município passa a ser um direito, porque seus recursos estão retidos no FUNDEF. (SÃO PAULO, 2013)

Em São João da Boa Vista, há alunos com deficiência matriculados na educação básica que moram na zona rural e estudam em escolas do campo ou em escolas localizadas na cidade, podemos conferir esses dados, nas tabelas seguintes.

TABELA 33: Número de matrículas de alunos da Educação Básica que moram no campo por total de deficiências (soma das deficiências visual, auditiva, física e mental)

ANO	São João da Boa Vista
2007	36
2008	36
2009	55
2010	83
2011	62
2012	63

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Podemos perceber que houve um aumento gradativo durante todos os anos estudados, com exceção de 2010 que houve um aumento significativo, voltando em 2011 a um aumento regular.

Na próxima tabela veremos quantas matrículas há em cada deficiência estudada.

TABELA 34: Número de matrículas de alunos da Educação Básica que moram no campo em São João da Boa Vista por deficiências (visual, auditiva, física e mental)

ANO	Visual	Auditiva	Física	Mental
2007	1	1	1	30
2008	2	0	0	34
2009	5	0	0	50
2010	3	0	2	81
2011	1	0	1	60
2012	2	0	1	60

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Se selecionarmos o ano de 2010 como exemplo, temos: O total do número de matrículas da educação básica de alunos que moram no campo em São João da Boa Vista é de 1.589, sendo 1.313 matriculados em escolas na cidade e 276 nas escolas rurais. Deste total de matrículas, 81 são alunos com algum tipo de deficiência, o que corresponde, aproximadamente, a 19% da população escolar que mora no campo; apenas 3 alunos com deficiência estudam nas escolas rurais.

No município há 3 escolas rurais, as quais ofertam apenas até o 6º ano do ensino fundamental e não há salas de recursos e nem professores da educação especial nestas escolas; após este nível os alunos que moram na localização rural necessitam ir às escolas da cidade. O transporte, para os alunos que estudam nas escolas urbanas e que moram no campo, é fornecido pela prefeitura e é adaptado, porém os alunos que necessitam de atendimento educacional especializado são atendidos no mesmo turno que frequentam a escola regular, precisando então, deixar suas salas de aula para ser atendido pelo professor da educação especial, o que não confere com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 que concebe ao atendimento educacional especializado atividades diferentes daquelas realizadas na sala comum, não sendo o atendimento substitutivo a escolarização, sendo esta uma modalidade transversal de ensino, devendo estar presente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Na próxima tabela discutiremos sobre o transporte escolar.

TABELA 35: Total de alunos matriculados na Educação Básica que utilizam o transporte escolar / que moram no campo / que moram no campo por deficiências (visual, auditiva, física e mental) em São João da Boa Vista

ANO	Total de alunos	Moram no campo	Por deficiência
2007	1936	755	19
2008	2036	884	27
2009	2474	1034	50
2010	2053	875	46
2011	2205	992	46
2012	1965	847	46

Fonte: Elaboração própria com base nos microdados do censo Escolar da Educação Básica - MEC/INEP (2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012).

Refletindo sobre a tabela acima, podemos perceber que em todos os anos os alunos matriculados na Educação Básica e que moram no campo e que utilizam o transporte escolar equivalem a quase metade do número total de alunos que utilizam o transporte no município de São João da Boa Vista, o que pode ser explicado pelo fato do município só ter escolas municipais no campo que atendem apenas os alunos do ensino fundamental do primeiro ciclo, forçando, assim, os alunos que completam o 5º ano a migrarem para escolas da cidade, necessitando do transporte escolar. Quanto aos alunos com deficiência que moram no campo, é possível ver, com base nos microdados do censo escolar da educação básica, que em 2010 há dois alunos com deficiência física que utilizam o transporte escolar, e em 2011 e 2012 há um aluno com deficiência física utilizando o transporte escolar, o que mostra a necessidade de um transporte adaptado para esses alunos, recurso este que o município oferece, objetivando, assim, o que é possível encontrar na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos *transportes* escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações (BRASIL, 2008 p. 12).

Embora o transporte escolar seja garantido, os alunos que moram no campo ainda necessitam ir para as escolas da cidade a partir dos anos finais do ensino

fundamental para poder completar os estudos, o que não garante o respeito às peculiaridades da vida rural das diversas região do país.

Quanto ao estado e os serviços que disponibiliza para o município, na área da educação há o atendimento especializado nas SApEs (Salas de Atendimento Pedagógico Especializado) e itinerâncias nas áreas de deficiência intelectual, auditiva e visual e o fornecimento de materiais em Braile e ampliado para alunos cegos e com baixa visão. Para os alunos com deficiência física que necessitam de apoio para realizar atividades de higiene pessoal, alimentação e locomoção, foi contratada uma empresa particular para fornecer cuidadores que acompanham estes alunos durante todo o período em que estes estão na escola. Os alunos surdos alfabetizados em LIBRAS podem contar com intérpretes que os acompanham durante as aulas. Os alunos que residem em bairros distantes da escola onde estudam ou na zona rural podem utilizar o transporte por meio de vans sendo que existe uma adaptada com elevador hidráulico para transporte de alunos com deficiência física.

Na saúde existe atendimento especializado e fornecimento de aparelhos auditivos, cirurgias de implante coclear, cirurgias de visão e apoio para treinamento de atividades de vida diária para cegos no Hospital Regional de Divinolândia com encaminhamento mediante consultas realizadas no AME (Ambulatório Médico de Especialidades). Existem serviços para alunos com problemas psiquiátricos no Ambulatório de Saúde Mental mediante encaminhamento dos médicos das Unidades de Saúde.

Quanto a formação dos professores atuantes nas SApEs e itinerância é necessária formação em Pedagogia com Educação Especial nas diversas áreas (DA, DV e DI) ou Pedagogia com especialização *Latu Sensu*, ou *Strictu Sensu* em Educação Especial. Há professores efetivos que foram aprovados em concurso público e escolheram a classe onde atuam. Há também professores não efetivos da categoria *F* (com estabilidade temporária) e categoria *O* (ingressantes).

Existem as salas de recursos que são classes com 25 horas/aula semanais e as itinerâncias que são 8 horas semanais de atendimento em outras escolas que não contam com a sala de recursos. As itinerâncias só podem ser atribuídas a professores que já tenham salas de recurso o que diminui as possibilidades pois nem todos os professores querem itinerância pois já têm outro trabalho em escolas particulares, ou APAE.

4.2 LEIS DO MUNICÍPIO

Não foi possível ter acesso a nenhum documento que discorra sobre a educação do município, tão pouco sobre a educação especial. Foram solicitados ao departamento de educação 3 documentos através de ofício e requerimento: o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal dos direitos das Pessoas com Deficiência, e a Legislação referente à municipalização do ensino no município. Com o requerimento um processo foi aberto para que tais documentos pudessem ser disponibilizados e uma carta entregue com a autorização para que estes documentos fossem solicitados. Com a autorização em mãos, a resposta dos responsáveis pelo departamento de educação sobre os documentos solicitados foi: O Conselho Municipal de Educação encontra-se em processo de elaboração, segundo a supervisora de ensino responsável pelo mesmo, eles estão em processo de leituras, não havendo um texto redigido que possa ser disponibilizado. Em anexo apresentaremos o ofício de solicitação dos documentos e também a carta com o requerimento aceito.

Segundo esta mesma supervisora de ensino, não há Conselho Municipal dos direitos das Pessoas com Deficiência no município. E a Legislação referente à municipalização do ensino no município, ainda não foi disponibilizada, pois também está em processo de elaboração.

Sobre a educação especial, não há documentos próprios do município que norteiem esta modalidade, sendo esta regida por documentos oficiais nacionais e legislação vigente que dispõe sobre a educação especial e com as orientações do CAPE (Centro de Apoio Pedagógico Especializado), que surgiu como: “Fruto do amadurecimento da consciência de direitos e, naturalmente, reflexo das mudanças sociais em operação por todo o mundo, surgiu em São Paulo, no início do século XXI.” (SÃO PAULO⁹)

4.3 PREENCHIMENTO DO CENSO ESCOLAR

Este trabalho aborda a questão dos indicadores educacionais, seu uso e confiabilidade, portanto, procurou-se entender como se dá o preenchimento do censo

⁹ Disponível em <http://cape.edunet.sp.gov.br/>, acesso em 05/11/2013.

escolar no município estudado, para termo um exemplo de como este dado é coletado em um contexto real.

O preenchimento do censo escolar, em São João da Boa Vista, tanto nas escolas municipais quanto nas escolas estaduais é responsabilidade do diretor da unidade escolar. O diretor conta com Sistema de Cadastro de Alunos que acontece pela plataforma GDAE (Gestão Dinâmica de Administração Escolar), que é um cadastro que acompanha o aluno, podendo ser feitas alterações quando necessário, e que consta todas as informações e dados sobre o aluno, sendo esta a fonte para o preenchimento do censo escolar. O estado e o município contam com um cargo denominado *gestor municipal*, que é responsável por orientar os gestores para que o preenchimento seja feito de maneira correta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é quase que em toda maioria fundamentado pelos dados do censo escolar de 2007 a 2012. Ao longo deste trabalho foi possível perceber a importância de indicadores educacionais de grande alcance como é o censo escolar. E a necessidade deles para as políticas em nosso país, e o quão estes devem ser tratados com seriedade, desde a forma de preenchimento até as pesquisas que tratam do tema. Este banco de dados nos permite investigar o acesso que os alunos com deficiência estão tendo a escola, porém, é necessário também que se consiga investigar qual o desempenho e a verdadeira inclusão que está ocorrendo nas salas de aula do ensino regular, será que esses alunos estão participando de forma efetiva e estão saindo das escolas com o conhecimento esperado, Meletti e Bueno (2011) alertam ao fato que o aumento das matrículas de alunos com deficiência expressa a preocupação política com o aumento quantitativo, porém não se preocupa com a qualidade do ensino.

O presente trabalho se preocupou em entender e descrever como está se caracterizando as matrículas dos alunos com deficiência em nosso país e em um município específico, porém a questão da qualidade deste acesso não foi contemplada neste estudo, por mais que tenha sido questionada.

A questão de pesquisa que se fez no início deste estudo foi: como está organizada a educação especial no município de São João da Boa Vista? Procurou-se respondê-la por meio dos dados estatísticos oficiais e documentos que regem a política do município, porém não foi possível ter acesso a nenhum documento disponibilizado pelo município, uma vez que os documentos solicitados ainda se encontravam em elaboração. Os dados estatísticos, os indicadores educacionais, nos mostraram que São João da Boa Vista, que apresenta um IDH alto, no que se trata de níveis educacionais, como foi possível verificar no começo do capítulo 3, está acima da média nacional, com níveis de analfabetismo, em alguns grupos etários, de menos de 1% da população do município.

Com o banco dos microdados do censo escolar, observamos que a educação especial em instituição especializada ainda apresenta resistência, apesar de se falar, desde a LDB de 1961, que a educação, na época denominados alunos excepcionais, deve-se enquadrar no sistema geral de educação, na medida em que for possível. Mesmo 52 anos após a vigência desta LDB, o município ainda apresenta grande parte

de seus alunos com deficiência matriculados em instituição especial. É possível verificar tal dado quando discutimos neste trabalho sobre as matrículas dos alunos com deficiência nas modalidades de ensino, encontramos tais matrículas, nos quatro primeiros anos estudados, divididas de forma bem equiparada entre as modalidades educação especial e ensino regular, e nos dois últimos anos estudados, as matrículas na educação especial supera as matrículas do ensino regular. Cabe esclarecer que as matrículas da modalidade educação especial, são referentes à instituições e classes especiais.

Neste ponto o município não segue a tendência encontrada em âmbito nacional, uma vez que no Brasil, as matrículas da modalidade de educação especial, ao decorrer dos anos estudados, diminuíram; enquanto as matrículas da modalidade de ensino regular apresentou aumento.

O objetivo geral da pesquisa que foi identificar e descrever como se organiza a educação especial no município de São João da Boa Vista, foi concretizado através dos indicadores educacionais, já os objetivos específicos que procederam em: analisar documentos, disponibilizados pela prefeitura, referentes à educação especial, o que não foi possível, como já dito à cima; e o de analisar as alterações quantitativas referentes ao acesso de alunos com deficiência por meio dos dados do censo escolar disponibilizados pelo INEP, foi contemplado no capítulo 3.

Este estudo pretendeu iniciar uma discussão muito importante para a área da educação especial que é sobre o acesso que os alunos com deficiência estão tendo em nossas escolas regulares, porém um assunto ainda mais importante e que se inicia por meio deste é: qual é o acesso que estes alunos estão tendo, o que não foi possível analisar neste estudo. Porém, uma vez que se tem o acesso, espera-se que este seja de qualidade e verdadeiro aprendizado, não só para os alunos com necessidades específicas, mas também para qualquer aluno matriculado em uma escola brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2007). **Censo Escolar da Educação Básica – 2007.** Retirado em abril 16, 2013 de <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/consulta>. Acesso em: 01/11/2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2008a). **Censo Escolar da Educação Básica – 2008.** Retirado em abril 18, 2013 de <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2009). **Censo Escolar da Educação Básica – 2009.** Retirado em abril 18, 2013 de <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2010). **Censo Escolar da Educação Básica – 2010.** Retirado em abril 21, 2013 de <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2011). **Censo Escolar da Educação Básica – 2011.** Retirado em junho 2, 2013 de <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2012). **Censo Escolar da Educação Básica – 2012.** Retirado em junho 2, 2013 de <http://www.inep.gov.br/basica/levantamentos/microdados.asp>.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2013.

_____. Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Dispõe sobre Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008a

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. **Microdados do Censo Escolar 2008**. Brasília: MEC/INEP, 2008.b

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática-SIDRA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010CGP.asp?o=13&i=P>.

_____. **DECRETO Nº 7611**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2011a.

BRASIL. **LEI Nº 12.796**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 04/4/2013a.

CAIADO, K. R. M; MELETTI, S. M. F. **Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15**. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Universidade Estadual Paulista. V.17, Edição Especial, 2011- Marília: ABPEE, 2011.

FERRARO, A. R.. **Quantidade e qualidade na pesquisa em educação na perspectiva da dialética marxista**. Pro-Posições (UNICAMP. Impresso), 2012.

FERRARO, A. R. . **Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse?.** Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 34, p. 273-289, 2008.

GATTI, B. A. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p.11-30, 2004.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** Puc-Campinas, 2002, p. 9.

MICHELS, M. H. **O que há de novo na formação de professores para a Educação Especial?** Revista Educação Especial, v. 24, n. 40, maio/ago. 2011.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **O impacto das políticas públicas de escolarização de alunos com deficiência:** Uma análise dos indicadores sociais no Brasil. In: KASSAR, M. de C. M. (Org.). **Diálogos com a diversidade: Sentidos da Inclusão.** Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MELETTI, S. **A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros.** Universidade Federal de Londrina/ PR, 2010.

MELETTI, S. M. F. **APAE Educadora e a organização de trabalho pedagógico em instituições especiais .** In: 31ª reunião Anual da ANPED, 2008, Caxumbú. 31ª Reunião Anual da Anped. Constituição Brasileira, direitos humanos e educação, 2008. p. 1-16.

MILITÃO, S. C. N. **Municipalização do Ensino No Contexto Do Fundef: O Caso Do Estado de São Paulo.** Universidade Estadual de São Paulo, p. 15.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Á. **Fundamentos para la investigación educativa:** presupuestos epistemológicos que orientam al investigador. Santa Fé de Bogotá: Cooperativa, Editorial Magisterio, 1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. ; GUINDANI, J. F.. **Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, 2009, p. 1-15.

SILVA, R.H.R., GAMBOA, S.S. **Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise.** Atos de pesquisa em educação - PPGE/ME FURB ISSN 1809-0354 v. 6, n. 2, p. 373-402, mai./ago. 2011

OLIVEIRA, I. B. **Reflexões acerca da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA.** Curitiba, 2007, p. 18.

TAFFAREL, C. N. Z. JÚNIOR, C. L. S. ESCOBAR, M. O. **Cadernos Didáticos Sobre Educação do Campo.** Universidade Federal da Bahia, 2010, p. 216.

VELTRONE, A. A. **Inclusão escolar do deficiente intelectual no estado de São Paulo: Quem é este aluno e como é identificado.** 2011. São Carlos, 2011. Tese (Doutorado em Educação Especial - Educação do Indivíduo Especial). Universidade Federal de São Carlos, 2011.

ANEXO I

Ofício apresentada ao departamento de educação do município de São João da Boa Vista.

Curso de Graduação em Educação Especial
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Departamento de Psicologia
Universidade Federal de São Carlos

À Vera Lúcia Oliveira Munhoz, Secretária da Educação do município de São João da Boa Vista/SP

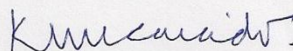
A aluna Sara de Alemida Selingardi, graduanda da Licenciatura em Educação Especial do 7º período e bolsista de Iniciação Científica de uma pesquisa interinstitucional intitulada “A escolarização de alunos com deficiência e rendimento escolar: uma análise dos indicadores educacionais em municípios brasileiros” deve levantar informações sobre a organização da Educação Especial neste município, e necessita dos seguintes documentos: Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal dos direitos das Pessoas com Deficiência, e Legislação referente à municipalização; para análise sob a orientação da Profª Dra. Kátia Regina Moreno Caiado.

Todos os dados serão discutidos na pesquisa.

Assim, solicito sua atenção para disponibilizar tais documentos, e coloco-me à disposição para qualquer novo esclarecimento.

Atenciosamente,

São Carlos, 01 de abril de 2013.



Kátia Regina Moreno Caiado

Obs.: contato – Telefone: (16) 3351-9706 - UFSCar
Kátia Caiado e-mail: caiado.katia@ufscar.br

ANEXO II

Resposta ao requerimento enviado pela prefeitura de São João da Boa Vista.



PREFEITURA MUNICIPAL

SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

* * *

06 de agosto de 2.013.

Of.GAB. nº 0548

Prezada Senhora:

Conforme solicitação constante do Processo nº. 156/2013, informamos Vossa Senhoria que, para aquisição do material solicitado é necessário entrar em contato com a Supervisão de Ensino Municipal, no Departamento de Educação desta Prefeitura, através do telefone número (19) 3634-2636.

Atenciosamente,

VANDERLEI BORGES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

Ilm^a. Sr^a. Sara de Almeida Selingardi
Rua Jacinto Favoreto nº. 645 – apto. 173
Jardim Macarengo
13560-462 – SÃO CARLOS – SP.